



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 147/2024 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova o Plano Anual de Auditoria 2025 - PAINT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

A PRESIDENTE EM EXERÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.002940.2024-50 e as deliberações na 67ª reunião ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 12 de dezembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Auditoria 2025 - PAINT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- Juliana Eveline dos Santos Farias, Presidente do Consup em exercício - PRES. CONSCD01 - CONSUP, em 17/12/2024 09:45:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/12/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 111159

Código de Autenticação: d70bf03c64





PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAINT / 2025

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
2. A INSTITUIÇÃO	3
3. DA AUDITORIA INTERNA	4
4.1 Serviços de Auditoria previstas para 2025	6
5. CAPACITAÇÃO	8
6. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EMITIDAS EM TRABALHOS ANTERIORES E AINDA NÃO IMPLEMENTADAS	9
7. GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA	9
8. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO OU EXTERNO	9
9. GESTÃO INTERNA	9
10. DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS RECEBIDAS PELA UAIG DURANTE A REALIZAÇÃO DO PAINT	10
11. EXPOSIÇÃO DAS PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DO PAINT	10
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
ANEXO	11

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, exercício 2025, foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa nº 05 de 27 de agosto de 2021, que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

Para a elaboração do PAINT foi considerado o planejamento estratégico da Unidade Auditada, as expectativas da alta administração e demais partes interessadas, os riscos significativos a que a Unidade Auditada está exposta e os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada.

Os temas a serem trabalhados no exercício seguinte, terão por escopo a realização de auditorias internas, procurando a melhor estratégia para se obter uma avaliação sistêmica dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Portanto, as auditorias internas serão realizadas, visando à diminuição dos riscos levantados em cada fase dos processos, e prestando apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

2. A INSTITUIÇÃO

O Ifap originou-se a partir da criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Em 13 de novembro de 2007, a Portaria MEC nº 1066 atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA) o encargo de implantar a ETFAP.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, que implantou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, vinculado ao MEC, com natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto, com sua estrutura descentralizada pluricurricular e multi-campi, apresenta os seguintes domicílios: 1. Reitoria; 2. *Campus* Macapá; 3. *Campus* Avançado Oiapoque; 4. *Campus* Laranjal do Jari; 5. *Campus* Santana; 6. *Campus* Porto Grande e 7. Centro de Referência em Educação a Distância de Pedra Branca do Amapari.

O Ifap se caracteriza como uma instituição dinâmica, em constante sintonia com os diversos setores do processo socioeconômico, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do currículo, modernizando continuamente a sua estrutura física e organizacional, incentivando a realização da pesquisa científica e tecnológica e, principalmente, garantindo o atendimento à diversidade de sua clientela.

MISSÃO

“Transformar vidas por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantindo a formação integral e verticalizada”.

VISÃO

“Ser referência na promoção da educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica”.

VALORES

• Excelência acadêmica; • Inclusão e diversidade; • Transparência e gestão democrática; • Eficiência governamental; • Integridade e ética; • Desenvolvimento sustentável; • Responsabilidade social; • Cultura organizacional e clima organizacional; • Conservação da biodiversidade

3. DA AUDITORIA INTERNA

É uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

A independência e a objetividade são dois pressupostos fundamentais para o exercício da auditoria interna, tanto na condução dos trabalhos quanto na emissão de opinião pela Audin. Estão associados o primeiro, à Audin, e o segundo, à atitude do auditor em relação à Unidade Auditada.

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho Superior e é composta por um servidor:

SERVIDOR	CARGO EFETIVO	FORMAÇÃO
Alessandro Ronan da Silva Magalhães	Auditor	Bacharel em direito - Faculdade do Pará - FAP (2012) Bacharel em Música - UEPA (2017) Licenciatura em Música - UFPA (2013) Especialização em Ciências Penais - Anhanguera (2015) Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas - UECE (2019)

FATORES CONSIDERADOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA INTERNA (Paint)

Para a elaboração do Paint 2025, a Auditoria Interna fundamentou seu planejamento em duas principais matrizes de risco recentemente desenvolvidas: a matriz de riscos da graduação e a matriz de riscos da PROAD. Esta abordagem representa uma evolução significativa no processo de planejamento, substituindo o método anterior baseado em questionários, para uma metodologia mais robusta e objetiva de avaliação de riscos.

A matriz de riscos da graduação foi desenvolvida considerando diferentes realidades dos campi (Santana, Oiapoque, Porto Grande, Laranjal do Jari e Macapá), permitindo uma análise mais precisa e contextualizada dos riscos em cada localidade. Esta matriz contempla 59 riscos distintos, categorizados por probabilidade e impacto, gerando classificações que variam de "muito baixo" a "extremo".

Paralelamente, a matriz de riscos da Pró-Reitoria de administração - PROAD identificou riscos críticos relacionados aos processos administrativos, com especial atenção às contratações, gestão orçamentária e processos operacionais. Esta matriz fornece uma visão complementar essencial para o planejamento das ações de auditoria.

A maturidade da gestão de riscos na organização tem evoluído significativamente, apoiada pela estrutura de governança existente, que inclui o Comitê de Governança, Riscos e Controles, a Política de Gestão de Riscos, o Plano de Gestão de Riscos e a Diretoria de Integridade. As matrizes de risco desenvolvidas representam um avanço considerável neste processo de maturação.

Para o planejamento das ações de 2025, serão priorizadas as áreas que apresentaram riscos classificados como "alto" e "extremo" nas matrizes analisadas. As ações programadas abrangem o período de fevereiro a outubro, considerando o quadro atual de 01 servidor para execução das atividades previstas no Paint.

Esta nova abordagem baseada em riscos permitirá uma atuação mais estratégica e efetiva da Auditoria Interna, direcionando recursos e esforços para as áreas de maior criticidade identificadas nas matrizes de risco.

4.1 Serviços de Auditoria previstas para 2025

- **Avaliação do Dimensionamento das Contratações (PROAD):** Esta auditoria abordará o risco alto (50) identificado na matriz da PROAD relacionado ao sub ou superdimensionamento nas contratações. O trabalho avaliará os parâmetros utilizados para estimativa nas contratações, o acompanhamento do consumo histórico e o planejamento das unidades requisitantes, visando prevenir sobras ou faltas de produtos e serviços e o consequente desperdício de recursos. (Planejado para Março a Abril)
- **Avaliação da Execução Contratual (PROAD):** Focada no risco extremo (80) relacionado aos retardos e falhas na execução contratual, esta auditoria examinará os protocolos de comunicação entre as partes contratantes, a capacidade operacional dos fornecedores e a efetividade da fiscalização contratual, buscando minimizar prejuízos decorrentes de execuções inadequadas. (Planejado para Maio a Junho)
- **Avaliação da Distribuição da Força de Trabalho Docente:** Com base no risco alto (40) identificado na matriz de riscos da graduação relacionado à alocação assimétrica de docentes efetivos nos departamentos, esta auditoria examinará a eficiência alocativa de docentes e a gestão dos pontos de Banco Professor Equivalente - BPEQ, visando identificar possíveis desequilíbrios que possam comprometer o desempenho departamental. (Planejado para Agosto a Outubro)
- **Realização do parecer do Relatório de Gestão:** Em cumprimento ao Art. 15, § 6º do Decreto nº 3.591/2000 e aos Arts. 15 e 16 da IN SFC/CGU nº 05/2021, a Auditoria Interna emitirá parecer sobre a prestação de contas anual da instituição. Este parecer, fundamentado nos trabalhos de auditoria realizados conforme o PAINT, expressará opinião sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, avaliando: a aderência da prestação de contas às normas vigentes, a conformidade legal dos atos administrativos, o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras, e o atingimento dos objetivos operacionais, em conformidade com a IN TCU nº 84/2020 e DN TCU nº 198/2022. (Planejado para Janeiro e Fevereiro)

Esta nova abordagem baseada em riscos permite uma atuação mais estratégica da Auditoria Interna, focando em áreas que apresentam maior probabilidade de impacto negativo para a instituição. As auditorias selecionadas refletem um compromisso com a melhoria dos controles internos e da gestão institucional, priorizando os riscos mais significativos identificados nas matrizes de avaliação.

Durante os trabalhos de auditoria previstos para o exercício 2025 serão envolvidas a Reitoria e suas pró-reitorias, primordialmente; ademais o auditor pode abranger outras unidades, caso observe necessidade para melhor execução dos trabalhos.

Para colaborar com as demandas do TCU, conforme a Portaria Conjunta PGF/SE-CGU N° 3, de 7 de dezembro de 2023, as seguintes atividades devem ser realizadas pela da Unidade de Auditoria Interna do IFAP:

Acompanhamento e Monitoramento: Monitorar processos que tramitam no Tribunal de Contas da União (TCU) e articular com unidades envolvidas na demanda, assessorando quanto ao conteúdo das respostas.

Gestão de Intimações e Notificações: Prontamente encaminhar intimações ou notificações do TCU às unidades responsáveis e cadastrar o processo no sistema push do TCU.

Disseminação de Informações: Dar ciência imediata de pronunciamentos, despachos, decisões, inclusão de processos em pauta de julgamento e acórdãos do TCU ao dirigente da autarquia, unidades responsáveis, e à Procuradoria Federal junto à autarquia.

Protocolo de Respostas: Providenciar o protocolo de respostas no TCU após receber posicionamentos das unidades responsáveis e, se aplicável, da Procuradoria Federal.

Identificação de Questões Jurídicas: Indicar ao dirigente máximo da entidade processos com questões jurídicas controvertidas ou de relevância institucional.

Colaboração com a Procuradoria Federal: Em casos de representação extrajudicial pela Procuradoria Federal, colaborar conforme necessário e continuar com o acompanhamento e monitoramento dos processos.

Solicitação de Consultoria Jurídica: No exercício da representação extrajudicial, solicitar a colaboração da Subprocuradoria Federal de Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral Federal quando apropriado.

Estabelecimento de Regras Complementares: Considerar a possibilidade de estabelecer regras complementares para adequar a aplicação da Portaria às especificidades internas da autarquia, assegurando uma defesa adequada perante o TCU.

Na busca de aperfeiçoamento dos procedimentos da Audin, serão adotadas as seguintes ações:

- a) Encaminhar ofício a unidade a ser auditada, com prazo mínimo de 05 (cinco) úteis dias de antecedência, comunicando a previsão de início e término dos trabalhos;
- b) Será encaminhada a Solicitação de Auditoria (SA) inicial, e no decorrer dos trabalhos se forem necessárias outras informações, poderão ser emitidas novas solicitações;
- c) Após finalização das auditorias, deverão ser emitidos Relatórios Preliminares de Auditoria, no qual o auditado terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento, para apresentar novas documentações e informações, que julgarem importantes e que justifiquem a constatação apresentada;

- d) Decorrido o prazo citado, a equipe de auditoria deverá analisar os documentos e informações apresentadas pelo auditado, caso ocorra a remessa, e posteriormente emitirá o Relatório Final de Auditoria;
- e) O auditado que por qualquer razão não cumprir os prazos de entrega de documentação e/ou informações, exceto em casos devidamente justificados, ou que sonegue qualquer informação ou causar embaraço, constrangimento ou obstáculos à atuação da Audin, poderá ser responsabilizado com base no art. 26 da Lei nº. 10.180, de 06/02/2001;

Dentro do Cronograma Anual dos Serviços de Auditoria para o Exercício, além dos serviços de auditoria já explicitados acima, tem-se: Atividades de Capacitação: Inclui a participação em eventos como o Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno e o Congresso Brasileiro de Auditoria Interna, visando a atualização e aprimoramento da atividade de auditoria interna. Atividades de Monitoramento: Envolvem o monitoramento das recomendações emitidas pela AUDIN e a quantificação e registro dos resultados e benefícios decorrentes da atividade de auditoria interna. Gestão e Melhoria da Qualidade: Inclui o mapeamento dos processos de gestão de riscos e melhoria dos controles internos da AUDIN, bem como a elaboração e implementação do Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade (PGMQ). Levantamento de Informações para Órgãos de Controle Interno ou Externo: Refere-se ao acompanhamento das solicitações e recomendações emitidas por órgãos de controle como a CGU e o TCU. Gestão da Auditoria Interna: Inclui a validação da contabilização dos benefícios AUDIN, elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e assessoramento à Gestão do IFAP. Reserva Técnica: Reserva técnica para demandas extraordinárias e afastamentos não programados. O detalhamento das atividades que serão executadas no exercício 2025, constam na tabela anexo.

5. CAPACITAÇÃO

A equipe da Auditoria Interna passa por constante processo de capacitação, haja vista a necessidade de aperfeiçoamento técnico e comportamental, no intuito de melhor desempenhar suas atribuições.

As ações de capacitações previstas para o ano de 2025, conforme Quadro 1, objetivam promover o fortalecimento da atividade de auditoria interna, através do aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades técnicas dos servidores da unidade de auditoria. O quantitativo de horas previstas é a quantidade mínima de 40 horas por auditor interno, conforme o art. 4º, § 2º IN/CGU nº 05/2021.

Desta forma, para o exercício 2025, a AUDIN, buscará o aperfeiçoamento contínuo de suas atividades visando o cumprimento dos objetivos a serem realizados.

Quadro 1 - Ações de capacitação e participação em eventos

Capacitação	Horas previstas	Modalidade
Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – CONBRAI IIA Brasil	20	Presencial ou on-line
Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno – COBACI UNAMEC	24	Presencial ou on-line
Total	44 horas	

6. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EMITIDAS EM TRABALHOS ANTERIORES E AINDA NÃO IMPLEMENTADAS

O monitoramento consiste na adoção de ações pela Auditoria Interna, a fim de verificar se as medidas implementadas pela Unidade Auditada estão de acordo com as recomendações emitidas e se aquelas medidas foram suficientes para solucionar a situação apontada como inadequada/insuficientes frente aos critérios adotados.

7. GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Atendendo o que dispõe o art. 4º inciso II, da IN nº 05/2021/CGU a Audin irá prever a alocação da força de trabalho, para a Gestão e Melhoria Da Qualidade Da Atividade De Auditoria Interna que tem por objetivo estabelecer atividades de caráter permanente destinadas a avaliar a qualidade, a produzir informações gerenciais e a promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna da Audin, a referida norma foi aprovada através da Resolução nº. 52/2021.

8. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO OU EXTERNO

A Auditoria Interna acompanha e auxiliar no atendimento as decisões/determinações/acórdãos e diligências expedidas pelo Tribunal de Contas da União, a gestão e acompanhamento do sistema Conecta/TCU é a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e as implementações das recomendações da CGU, atualmente a unidade responsável pelo encaminhamento das recomendações enviadas pelo sistema e-aud é da Audin, garantindo a aderência à legislação e a regular aplicação dos recursos públicos, de modo a evitar sanções aos responsáveis no caso do não cumprimento.

9. GESTÃO INTERNA

O objeto da gestão interna da Auditoria Interna consiste na adequação dos normativos e das políticas vigentes que tratam de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança, bem como prosseguir com a estruturação da Audin, estabelecer seus mapeamentos de processos e maturar a gestão dos seus riscos. Fomentar e estabelecer contato com as diversas Unidades da Instituição, visando orientar sobre a eficácia dos processos

de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança. Além do constante aprimoramento do Relatório de Auditoria Interna (Raint) e o Plano Anual de Auditoria Interna (Paint).

10. DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS RECEBIDAS PELA UAIG DURANTE A REALIZAÇÃO DO PAINT

O Plano de Auditoria Interna definirá uma reserva técnica para tratar as demandas extraordinárias que porventura surgirem durante o período de execução dos trabalhos.

11. EXPOSIÇÃO DAS PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DO PAINT

Para elaboração do Paint foram consideradas as orientações do Manual de Orientações Técnicas da CGU. Algumas restrições e riscos associados à execução do Paint, são: limitação técnica da equipe da Audin, recomendações inadequadas ou inoportunas, acréscimo de rotinas em função de novas exigências normativas, dificuldade de comunicação e interpretação das comunicações emitidas pela Audin, resposta intempestiva das unidades às solicitações de Auditoria.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de controle previstas no PAINT/2025, consideraram o planejamento estratégico da Unidade Auditada, as expectativas da alta administração e demais partes interessadas, bem como, os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade auditada.

O PAINT é um plano de ação, com vistas a atender as necessidades das diversas unidades do Ifap, fundamentando-se nos princípios de legalidade, moralidade, razoabilidade e eficiência, assegurando e assessorando os gestores como subsídio à tomada de decisões gerenciais.

Ressalta-se que o cronograma de execução de trabalhos poderá ser alterado em função de fatores externos ou internos, tais como: trabalhos especiais, treinamentos (cursos e congressos), atendimento ao TCU e a Controladoria-Geral da União e fatos não previstos.

Diante da proposta elaborada, submete-se à análise prévia da CGU Regional/AP, a fim de que esta se manifeste acerca do cumprimento das normas e orientações pertinentes, além de tecer suas recomendações.

ANEXO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAINT - 2025

UAIG: Auditoria Interna – AUDIN/IFAP

Exercício: 2025

(*) estimativa de 1680h por pessoa:
 52 semanas - 5 semanas de férias = 47 sem. -> 47 * 40h = 1880h
 15 feriados -> 1880h - (15x8h) = 1760h
 80h de ausências justificadas -> 1760h-80h = 1680h

Total HH Ano: 1.680H / Servidor: 1 / Horas diárias: 8

1. SERVIÇOS DE AUDITORIA							
Nº		Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Início	Conclusão	HH	Origem da Demanda
1	Avaliação de conformidade de	Avaliação do dimensionamento das contratações (PROAD)	<p>Avaliar sub ou superdimensionamento nas contratações. O trabalho avaliará os parâmetros utilizados para estimativa nas contratações, o acompanhamento do consumo histórico e o planejamento das unidades requisitantes, visando prevenir sobras ou faltas de produtos e serviços e o consequente desperdício de recursos.</p> <p>Contribuir para o aprimoramento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.</p>	Abril	maio	210	Seleção baseada em aplicação de questionário

2	Avaliação de conformidade Avaliação operacional	Avaliação da Execução Contratual (PROAD)	<p>Se relaciona aos retardos e falhas na execução contratual, esta auditoria examinará os protocolos de comunicação entre as partes contratantes, a capacidade operacional dos fornecedores e a efetividade da fiscalização contratual, buscando minimizar prejuízos decorrentes de execuções inadequadas.</p> <p>Contribuir para o aprimoramento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.</p>	Junho	Julho	210	Seleção baseada em aplicação de questionário
3	Avaliação operacional	Avaliação da Distribuição da Força de Trabalho Docente	<p>Verificar a alocação assimétrica de docentes efetivos nos departamentos, esta auditoria examinará a eficiência alocativa de docentes e a gestão dos pontos de Banco Professor Equivalente - BPEQ, visando identificar possíveis desequilíbrios que possam comprometer o desempenho departamental.</p>	setembro	outubro	210	Seleção baseada em aplicação de questionário

	Avaliação	Realização do parecer do Relatório de Gestão	Prestar informações que subsidiem a elaboração do Relatório de Gestão da IFAP. Analisar o RG e emitir parecer conforme solicitação da Alta Gestão da IFAP, CGU e TCU.	fevereiro	março	50	Obrigações legais
				SUBTOTAL HH:		680	

2. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

Nº	Atividade	Objetivos Gerais	Período	CH
1	Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno – COBACI UNAMEC	Atualização e aprimoramento da atividade de auditoria interna.	Agosto	24
2	Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – CONBRAI IIA Brasil	Atualização e aprimoramento da atividade de auditoria interna.	Novembro	20
			SUBTOTAL	44

3. ATIVIDADES DE MONITORAMENTO

Nº	Atividade	Objetivos Gerais	Início	Conclusão	HH
1	Monitoramento das recomendações emitidas pela AUDIN	Monitorar as recomendações emitidas e lançadas no e-aud e em auditorias passadas.	Janeiro	Dezembro	40
2	Contabilização dos benefícios AUDIN	Quantificar e registrar os resultados e benefícios decorrentes da atividade de auditoria interna	Janeiro	Fevereiro	60
				SUBTOTAL	100

4. GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE

Nº	Atividade	Objetivos Gerais	Início	Conclusão	HH
----	-----------	------------------	--------	-----------	----

1	Mapeamento dos processos, gestão dos riscos e melhoria dos controles internos da AUDIN	Avaliar e promover a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna governamental.	Janeiro	Dezembro	64
2	Elaboração e implementação do Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade (PGMQ) da Audin	Implementar e instituir formalmente o PGMQ da Audin. IN/SFC/CGU 5/2021 e IN/SFC/CGU 03/2017.	Junho	Julho	177
				SUBTOTAL	241

5. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO OU EXTERNO					
Nº	Atividade	Objetivos Gerais	Início	Conclusão	HH
1	Acompanhamento das solicitações e recomendações emitidas pela CGU	Acompanhar o cumprimento das solicitações e recomendações pela Alta Gestão do IFAP por intermédio do sistema e-Aud.	Janeiro	Dezembro	50
2	Acompanhamento das solicitações e determinações emitidas pelo TCU	Acompanhar o cumprimento das solicitações e determinações pela Alta Gestão do IFAP por intermédio do sistema Conecta-TCU.	Janeiro	Dezembro	60
				SUBTOTAL	110

6. GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA					
Nº	Atividade	Objetivos Gerais	Início	Conclusão	HH
1	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2023	Relatar as informações sobre a execução das ações de auditoria interna, planejadas para 2023 e analisar os seus resultados. Cumprir as obrigações normativas previstas na IN/SFC/CGU 5/2021 e na IN/SFC 03/2017.	Janeiro	Março	120
2	Assessoramento à Gestão do IFAP.	Assessorar e aconselhar a Gestão, mediante solicitação específica, sobre assuntos estratégicos relacionados aos processos de governança, gestão de riscos, integridade e controles internos. Respaldar as operações da unidade, agregar valor e melhorar seus processos de forma condizente com os valores, as estratégias e os objetivos da unidade.	Janeiro	Dezembro	120
3	Atividades administrativas.	Executar atividades administrativas necessárias à organização e funcionamento da AUDIN.	Janeiro	Dezembro	80

5	Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2025	Planejar as atividades de Auditoria Interna a serem executadas no ano de 2025. Elaborar o PAINT/2025 seguindo as normas previstas na IN/SFC/CGU 5/2021 e na IN/SFC/CGU 03/2017.	Julho	Novembro	50
				SUBTOTAL	370

7. RESERVA TÉCNICA

Nº	Atividade	Objetivos Gerais	Início	Conclusão	HH
1	Demandas extraordinárias recebidas pela AUDIN durante a realização do PAINT	Reserva técnica para as demandas extraordinárias recebidas pela AUDIN durante a realização do PAINT.	Janeiro	Dezembro	100

2	Afastamentos não programados.	Reserva técnica para afastamentos e licenças não programados.	Janeiro	Dezembro	35
				SUBTOTAL	135
				TOTAL HH	1680

Data: 04/12/2024

Elaboração: ALESSANDRO RONAN DA SILVA MAGALHÃES – Auditor da Auditoria Interna

ESCALA DE PROBABILIDADE		
PROBABILIDADE	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixa	1	Em situações excepcionais o evento poderá até ocorrer, mas não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência, portanto, é improvável que aconteça.
Baixa	2	O histórico conhecido aponta para baixa frequência, podendo o evento ocorrer de forma inesperada ou casual.
Média	5	Repete-se com frequência razoável ou há indícios que possa ocorrer de alguma forma.
Alta	8	Repete-se com elevada frequência ou sua ocorrência é até esperada pois os indícios apontam essa possibilidade.
Muito Alta	10	Os indícios indicam claramente que o evento ocorrerá, portanto, é praticamente certo.

ESCALA DE IMPACTO		
IMPACTO	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixo	1	Não altera o alcance do objetivo.
Baixo	2	Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do atingimento do objetivo.
Médio	5	Compromete razoavelmente o alcance do objetivo, porém recuperável
Alto	8	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo, sendo de difícil reversão.
Muito Alto	10	Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo, de forma irreversível.

RISCOS PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

Risco	Causa(s)	Consequência(s)	Probabilidade (P)		Impacto (I)		Nível de Risco (P X I)	
			Análise	Peso	Análise	Peso	Classificação	Peso
Contratação com falha na definição do objeto e dos critérios.	1. Termo de Referência ou Estudo Preliminar incompleto ou insuficiente. 2- Responsável pelo planejamento da contratação não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade. 3. Desconhecimento sobre o conteúdo necessário para caracterizar corretamente o objeto 4. Planejamento feito pela unidade requisitante não considerou todas as variáveis e partes envolvidas para o atendimento da solução. 5. Divergências textuais no Termo de Referência, Pesquisa de Preços, Edital, Minuta de ata, Minuta de contrato. 6. Ausência de padronização nas contratações da instituição.	1. Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos 2. Indefinição do objeto 3. Dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade. 4. Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital; 5. Diminuição da competição na contratação. 5. Morosidade e a falhas na execução do objeto. 6. Retrabalho 7. Desperdício de recurso público. 8. Pesquisa de preços estimados errônea, tendo como base objeto divergente do pretendido.	Média	5	Alto	8	Risco Alto	40
Retorno do processo a unidade requisitante por falha na instrução.	1. Não adoção de modelos padrão de documento pela unidade requisitante. 2. Desconhecimento ou inobservância as orientações normativas e institucionais para a correta instrução do processo. 3. Falta de documentos ou documentos incompletos. 4. Equívocos ou incoerências na elaboração dos documentos.	1. Morosidade do processo. 2. Desperdício de recurso público. 3. Não atendimento da necessidade em tempo hábil.	Média	5	Alto	8	Risco Alto	40

RISCOS PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

Ausência de publicação do Edital da licitação no site da instituição	1. Esquecimento ou desconhecimento da exigência de publicação no site da instituição. Não recebimento dos arquivos a serem publicados pelo servidor (a) responsável pela publicação no site da instituição.	1. Ausência de uma maior publicidade do certame. 2. Possibilidade de um menor número de fornecedores participando do certame. 3. Falta de transparência	Muito Baixa	1	Baixo	2	Risco Baixo	2
Execução de contratação não prevista no Plano Anual de Contratação (PAC)	1. Inexistência de PAC da unidade requisitante elaborado. 2. Unidade executora não observar se há ou não previsão da demanda no PAC da unidade requisitante. 3. Falha no planejamento da unidade requisitante.	1. Execução de contratações desalinhadas dos objetivos da organização e das unidades. 2. Falta de investimento em iniciativas estratégicas.	Alta	8	Médio	5	Risco Alto	40
Contratação de bem ou serviço em quantidades sub ou superdimensionadas	1. Não utilização de parâmetro adequado pelas unidades requisitantes para realizar a estimativa. 2. Falta de acompanhamento e documentação do consumo (série histórica). 3. Falta de planejamento pela unidade requisitante.	1. Sobra ou falta de produtos e serviços. 2. Desperdício de recurso. 3. Celebração de termos aditivos 4. Necessidade de realizar novas contratações. 5. Perda do efeito escala. 6. Definição de orçamento insuficiente ou sobrepreço. 7. Cancelamento de empenho. 8. Apuração de responsabilidade dos servidores envolvidos	Média	5	Muito Alto	10	Risco Alto	50
Contratação com divergência na classificação da despesa na requisição, na indicação orçamentária e no item do SIASG	1. Desconhecimento das classificações adequadas. 2. Quantidade excessiva de códigos. 3. Desconhecimento da natureza do objeto a ser contratado.	1. Impedimento de pagamento com o empenho emitido; 2. Problemas na execução contratual. 3. Registros incorretos de dados nos sistemas. 4. Retrabalho.	Média	5	Alto	8	Risco Alto	40

RISCOS PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

<p>Contratação sem adoção de critérios de sustentabilidade</p>	<p>1. Indisponibilidade no mercado. 2. Desconhecimento dos critérios de sustentabilidade que podem ser adotados nas contratações. 3. Baixa prioridade de contratação de produtos reciclados e recicláveis, assim como de bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis em dissonância com a Lei 12.305/2010.</p>	<p>1. Não contribuição com as políticas de sustentabilidade da instituição. 2. Não fomento do mercado para adoção de critérios de sustentabilidade.</p>	<p>Média</p>	<p>5</p>	<p>Médio</p>	<p>5</p>	<p>Risco Médio</p>	<p>25</p>
<p>Contratação com falha na definição dos resultados a serem alcançados pela contratada</p>	<p>1. Não definição clara e objetiva dos resultados pretendidos pela unidade requisitante. 2. Falta de clareza da importância que é a definição objetiva de resultados. 3. Pessoal designado não detém a capacidade técnica para definição dos critérios</p>	<p>1. Dificuldade na análise do custo-benefício. 2. Contratação de empresa que não representa a melhor alocação de recursos na organização. 3. Não atendimento da necessidade da organização. 4. Insatisfação do usuário. 5. Pagamento indevido a contratada.</p>	<p>Média</p>	<p>5</p>	<p>Alto</p>	<p>8</p>	<p>Risco Alto</p>	<p>40</p>
<p>Contratação com indicação de despesas desnecessárias e anteriores a licitação</p>	<p>1. Inclusão de critério de seleção de fornecedor pela unidade requisitante que leve a despesas desnecessárias e anteriores a licitação por parte das licitantes. 2. Desconhecimento da legislação. 3. Pessoal designado não detém a capacidade técnica para definição dos critérios</p>	<p>1. Limitação indevida da competição, com consequente elevação do preço contratado. 2. Impugnações ao edital. 3. Morosidade. 4. Retrabalho.</p>	<p>Média</p>	<p>5</p>	<p>Alto</p>	<p>8</p>	<p>Risco Alto</p>	<p>40</p>

RISCOS PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

<p>Contratação de bem ou serviço com valores sub ou superestimados.</p>	<p>1. Falta de uso de parâmetro adequado para realizar a estimativa pela unidade requisitante. 2. Não observância às normas de coleta de preços. 3. Pesquisa tem como base objeto divergente do especificado 4. Unidade executora não revisa dos valores estimados. 5. Valor estimado oriundo de cotação de proponentes em Conluio</p>	<p>1. Definição de orçamento insuficiente ou sobrepreço. 2. Inviabilidade da contratação. 3. Retrabalho. 4. Redefinição de valores orçamentários. 5. Apuração de responsabilidade dos servidores envolvidos. 6. Diminuição do caráter competitivo, podendo culminar em uma licitação deserta ou fracassada ou aumento indevido do custo da contratação</p>	<p>Média</p>	<p>5</p>	<p>Muito Alto</p>	<p>10</p>	<p>Risco Alto</p>	<p>50</p>
<p>Falta de publicação dos atos necessários à validade do processo licitatório no DOU e em jornal de grande circulação, se for o caso.</p>	<p>1. Esquecimento ou desconhecimento da necessidade de publicação.</p>	<p>1. Possível anulação do processo licitatório. 2. Refazimento do trabalho no todo ou em parte. 3. atraso na conclusão da demanda</p>	<p>Baixa</p>	<p>2</p>	<p>Médio</p>	<p>5</p>	<p>Risco Médio</p>	<p>10</p>
<p>Impugnações ao edital</p>	<p>1. Falta de análise detalhada da conformidade e razoabilidade dos critérios estabelecidos no edital. 2. Não observância a editais de outras instituições ou de acórdãos do TCU</p>	<p>1. Atraso na contratação 2. Indisponibilidade do serviço ou produto. 3. Necessidade da contratação não atendida.</p>	<p>Baixa</p>	<p>2</p>	<p>Médio</p>	<p>5</p>	<p>Risco Médio</p>	<p>10</p>

RISCOS PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

<p>Divergências textuais no edital, TR, minuta de Ata e minuta de contrato</p>	<p>1. Ausência da devida atenção na elaboração destes documentos. 2. Utilização de modelo de edital de contratação anterior para um mesmo objeto, no entanto, sem atentar para as atualizações de caráter textual que possam haver na nova contratação.</p>	<p>1. Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital. 2. Problemas na execução do contrato.</p>	<p>Baixa</p>	<p>2</p>	<p>Médio</p>	<p>5</p>	<p>Risco Médio</p>	<p>10</p>
<p>Contratação de empresa irregular ou inidônea</p>	<p>1. Inobservância das certidões e documentações da empresa. 2. Situação da empresa fica irregular no período de vigência da ata ou antes da emissão do empenho.</p>	<p>1. Contratação irregular. 2. Não atendimento as condições de habilitação definidas na legislação. 3. Nova contratação.</p>	<p>Média</p>	<p>5</p>	<p>Alto</p>	<p>8</p>	<p>Risco Alto</p>	<p>40</p>
<p>Ausência de remessa obrigatória dos recursos e defesas indeferidos no processo licitatório para apreciação da autoridade superior</p>	<p>1. Esquecimento ou desconhecimento da obrigatoriedade de recursos e defesas à apreciação da autoridade superior.</p>	<p>1. Eventual impossibilidade de contratar (suspensão do processo diante da impetração de mandado de segurança ou representação no TCU).</p>	<p>Muito Baixa</p>	<p>1</p>	<p>Muito Alto</p>	<p>10</p>	<p>Risco Médio</p>	<p>10</p>
<p>Adjudicação de licitante sem documentação completa de habilitação exigida em edital</p>	<p>1. Inobservância da ausência de documentação por parte do servidor responsável pela análise. 2. Carência do devido conhecimento técnico a fim de identificar a ausência de documentação quando esta for de caráter técnico (identificável apenas por profissionais de específico conhecimento técnico)</p>	<p>1. Eventual impossibilidade de contratar (suspensão ou anulação do processo diante da impetração de mandado de segurança ou representação no TCU por parte de uma concorrente). 2. contratação de empresa sem a devida capacidade para a execução do contrato. 3. Possibilidade de má prestação do serviço</p>	<p>Muito Baixa</p>	<p>1</p>	<p>Muito Alto</p>	<p>10</p>	<p>Risco Médio</p>	<p>10</p>

RISCOS PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

Homologação de contratação em valor divergente do negociado.	1. Inobservância da conformidade dos valores no documento (proposta) e nos sistemas. 2. Não atualização dos valores no processo.	1. Não atendimento ao princípio da economicidade. 2. Apuração de responsabilidade dos servidores. 3. Retrabalho.	Baixa	2	Muito Alto	10	Risco Médio	20
Retardos e falhas na execução do contrato.	1. Ausência de protocolo de comunicação formal entre partes contratantes. 2. Fornecedor não detém a capacidade operacional para executar contrato. 3. Falhas na fiscalização do contrato.	1. Ausência de evidências das ocorrências de má conduta na execução do contrato. 2. Impossibilidade de identificar a parte descumpridora do contrato. 3. Necessidade parcialmente ou não atendida. 4. Insatisfação do usuário/unidade requisitante. 5. Desperdício de recursos públicos	Alta	8	Muito Alto	10	Risco Extremo	80
Pagamentos indevidos à contratada	1. Falta de acompanhamento do procedimento ou da entrega. 2. Desconhecimento ou inobservância do fluxo do processo de pagamento. 3. Inobservância dos dados e valores no momento de efetuar o pagamento.	1. Ato de ilegalidade. 2. Perda de recursos.	Média	5	Muito Alto	10	Risco Alto	50
Indisponibilidade financeira para pagamento da despesa	1. Não liberação do financeiro pelos órgãos competentes	1. Descrédito da instituição com os fornecedores.	Alta	8	Médio	5	Risco Alto	40

RISCOS PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

<p>Contratar novamente fornecedor que não atendeu em contrato anterior as necessidades da organização a contento.</p>	<p>1. Não aplicação de sanções à contratada pela Administrações. 2. Baixa importância para a aplicação de sanção. 3. Desconhecimento das hipóteses de procedimentos para aplicação de sanção. 4. Dificuldade de instruir processo de sanção.</p>	<p>1. Fornecedores que adotam e permanecem com má condutas durante a execução do contrato 2. Atrasos, desconformidades e insatisfação com o produto ou serviço. 3. Fornecedores de má conduta continuam a participar das licitações e dispensas da organização.</p>	<p>Alta</p>	<p>8</p>	<p>Alto</p>	<p>8</p>	<p>Risco Alto</p>	<p>64</p>
---	--	---	-------------	----------	-------------	----------	-------------------	-----------

Escala de Impactos

Escala de Probabilidades

Magnitude	Descrição	I
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos pequenos nos objetivos .	2
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis .	5
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos .	8
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos .	10

Magnitude	Descrição	I
Muito baixa	Evento improvável de ocorrer. Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1
Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	8
Muito alta	Evento praticamente certo de ocorrer. Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	10

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)

Santana - Matriz de Riscos Graduação

Risco da Rede		Causa	Consequência	Risco Inerente			
Cód.	Descrição	Descrição	Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
R1	Descompasso entre a grade curricular do curso e as necessidades das partes interessadas no aproveitamento do formando.	Interferência política (causa exógena/externa); e tanto a autonomia departamental como a deficiência no mapeamento das potencialidades de absorção dos formandos pelas partes interessadas (academia, mercado de trabalho, meio empresarial, etc) (causa endógena/interna).	Baixo nível de absorção dos formandos, queda na classificação do curso/IFE perante o MEC, e consequente desperdício de recursos aplicados.	8	2	16	Médio
R10	Atraso no cronograma de aulas.	Decorrente de paralizações de colaboradores; falta de repasse de recursos para manutenção da infraestrutura; planejamento deficitário; situações externas a Instituição, entre outras.	Impacta diretamente nas atividades e no desempenho institucional, além disso, pode afetar a motivação dos professores e dos alunos, provocando baixo rendimento e possível evasão escolar.	8	2	16	Médio
R11	Descumprimento do prazo estipulado para emissão do diploma.	Planejamento falho no cronograma e/ou excesso de burocracia na reitoria; morosidade no processo; ausência de fluxo para a emissão dos diplomas (ordem cronológica e de prioridades); atraso na publicação das notas pelo docente.	Eventual dificuldade de inserção no mercado de trabalho, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio
R12	Fraude ou erro na emissão de diplomas.	Não adesão ao Projeto Diploma Digital; ausência de plataforma unificada de depósito de TCC; ausência ou insuficiência de procedimento mapeado com etapas de revisão que garantam a integridade no registro acadêmico; fragilidade na guarda do papel destinado à impressão; ação intencional do agente responsável por má fé.	Diplomação decorrente de trabalhos plagiados, parcial ou integralmente; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	10	1	10	Médio

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R13	Não reconhecimento/renovação de cursos de graduação e/ou não credenciamento/recredenciamento de instituições de ensino superior.	Avaliação Externa in loco insatisfatória decorrente de projetos de cursos mal planejados; ausência de acompanhamento de mudanças de cenário, entre outros.	Interrupção do cursos; não diplomação de alunos; insatisfação da comunidade acadêmica; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio
R15	Programa de Estágio com baixo valor agregado.	Falhas em editais internos; ausência de processo estruturado para concessão de estágio; falha na seleção dos ofertantes; supervisão/acompanhamento acadêmico ineficiente.	Comprometimento da experiência prática na formação do aluno.	8	2	16	Médio
R16	Não absorção das políticas do MEC no Planejamento das IFES.	Falta de aderência do planejamento das IFES em relação às políticas do MEC; entendimento de que a autonomia universitária não obriga as IFES a seguirem as diretrizes do MEC; falta de clareza das diretrizes que instituição deve seguir.	Não atingimento das metas e objetivos estabelecidos pelo MEC.	8	5	40	Alto
R17	Baixa qualidade de informação e comunicação interna sobre causalidade da evasão.	Falha na identificação e no registro da causa do trancamento da matrícula e no abandono do curso; não comunicação ou comunicação intempestiva ao setor responsável pela assistência ao aluno; sistema de gestão acadêmica não fornece informações de qualidade.	Incapacidade de construir ou gerir ações efetivas para minimizar os impactos da evasão e combater as causas; avaliação institucional insatisfatória.	8	8	64	Alto
R18	Baixa reputação da instituição perante as partes interessadas no aproveitamento do formando.	A proposta curricular do curso não atende às expectativas dos usuários; (baixo conceito, descompasso com a demanda; baixa qualificação da formação).	Baixa absorção de egressos; não atendimento à expectativa dos usuários; aumento dos índices de evasão; danos à imagem institucional.	8	2	16	Médio

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R19	Aumento da evasão e/ou permanência (retenção).	Ineficácia das ações afirmativas; falhas no acompanhamento psicopedagógico; demanda de alunos acima da capacidade de atendimento da Assistência Estudantil; não adaptação do aluno ao curso ou ambiente acadêmico; acolhimento falho dos ingressantes, seja por ausência de profissionais ou de metodologia adequada; problemas de aprendizagem; insegurança do aluno em relação a sua absorção no mercado de trabalho, necessidade de acessar o mercado trabalho antes de concluir a formação.	Contribui para o não atingimento das metas; impacto no custo variável por aluno; eventual descontinuidade do curso por ausência de quórum de alunos.	8	2	16	Médio
R20	Redundância de oferta de cursos entre as IES públicas, em regiões próximas (ou mesma área de abrangência), num cenário de financiadores reduzidos.	Ausência de política conjunta de criação e expansão de vagas, tanto entre IFES de uma mesma região, quanto IFES e Redes estadual e municipal; Interferência política na escolha dos cursos a serem implementados.	Não otimização de recursos para atender de modo eficiente a demanda do aluno; ociosidade de estrutura física; baixa absorção dos egressos, em virtude da elevada oferta de profissionais.	5	5	25	Médio
R21	Redução da qualidade do ensino ofertado pelas IFES em decorrência da garantia da oferta gratuita.	Greve, falta de professores e técnicos-administrativos, projeto pedagógico desatualizado, infraestrutura precária, inclusive em relação à acessibilidade.	Queda de ingressantes; queda na taxa de permanência com êxito; baixo conceito na avaliação MEC; diminuição da vantagem competitiva das Instituições Públicas.	8	2	16	Médio
R22	Desconhecimento do alcance dos propósitos definidos na proposta de valor da graduação das IFES (mobilidade social, empreendedorismo, empregabilidade, dentre outros).	Ausência de cultura no ambiente acadêmico de acompanhar a trajetória do egresso; ausência de avaliações internas.	Falta de insumos para eventual correção na oferta de cursos ou alteração dos projetos pedagógicos para a maior eficácia no alcance dos propósitos.	8	2	16	Médio
R23	Queda no conceito final da nota da instituição no SINAES.	Queda na avaliação institucional (governança, infraestrutura e corpo docente); queda na avaliação dos alunos no ENADE; baixa qualidade de cursos no CPC; eventual avaliação incorreta dos cursos por parte dos avaliadores do INEP.	Diminuição da credibilidade perante a comunidade acadêmica e a sociedade; diminuição de acesso a recursos discricionários.	8	5	40	Alto

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R24	Redução do acesso a recursos em virtude da piora de indicadores.	Diminuição do indicador de eficiência e qualidade, cujo o principal parâmetro utilizado é “aluno equivalente”; queda da participação nos resultados da Rede Federal - MOCC e demais matrizes.	Piora qualitativa e quantitativa do ensino ofertado.	8	2	16	Médio
R25	Baixa qualidade dos resultados alcançados. (formação dos alunos, reputação institucional e notas de avaliações)	Ausência ou insuficiência de indicadores e metas de desempenho; indicadores e metas não monitorados.	Aumento da evasão, aumento de vagas ociosas, redução do conceito na avaliação MEC.	8	2	16	Médio
R26	Ausência de produção acadêmica e sua publicação em plataformas especializadas.	Baixo incentivo/estímulo, por parte dos professores para com os alunos, em fomentar a produção acadêmica; baixa qualidade de cursos ofertados resultando em produção acadêmica de baixa qualidade; carência de recursos financeiros destinados à publicação.	Não aproveitamento da produção acadêmica pela comunidade; impacto nas avaliações de desempenho e de conceitos da instituição.	8	2	16	Médio
R27	Adoção de estratégias e práticas insuficientes ou equivocadas na gestão da política de assistência estudantil.	Política Nacional desarticulada com as IFES; complexa em função das diversas ofertas; limitante em função de critérios e valores financeiros desatualizados; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; insuficiência de pessoal dedicado e sistemas.	Queda de ingressantes; aumento da evasão e da retenção; desperdício de recursos financeiros em função do não alcance dos resultados pretendidos; redução dos indicadores de desempenho.	10	2	20	Médio
R28	Concessão de benefícios no âmbito da política de assistência estudantil a estudantes com perfis fora dos critérios elegíveis.	Desconhecimento por alunos prioritários dos benefícios oferecidos por falhas na política de comunicação em momento prévio e posterior ao ingresso, assim como concessões intencionais de benefícios a estudantes de perfis fora dos critérios; insuficiência de instrumentos para a identificação dos alunos elegíveis aos benefícios; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; dificuldade de alunos estrangeiros na apresentação de documentos comprobatórios.	Queda no desempenho/resultados dos cursos; e aumento da evasão; desperdício de recursos financeiros; danos à imagem da instituição.	8	2	16	Médio

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R29	Dificuldade ou inviabilização da participação de estudantes de vulnerabilidade socioeconômica nas atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU de programas específicos de assistência estudantil; fragilidade no planejamento da proposta orçamentária anual da Instituição.	Possível evasão ou retenção; insatisfação do aluno ; prejuízo ao processo de cognição do aluno.	8	5	40	Alto
R3	Descontinuidade de cursos	Baixa capacidade de planejamento e gestão, com ausência de indicadores e metas; ausência de suporte orçamentário para a sua manutenção a médio e longo prazo.	Fluxo de ingresso de alunos insuficiente para manutenção de matrículas, inviabilizando a continuidade do curso; comprometimento da matriz orçamentária; desperdício de recursos públicos; prejuízos à imagem institucional (incluindo o baixo conceito na avaliação MEC) .	8	2	16	Médio
R30	Dificuldade de acesso ao ensino superior por barreira socio-econômica.	Elitização do ENEM (encarecimento da taxa de inscrição e diminuição do número de isenções); corte nos recursos do programa.	Aumento da marginalização de potenciais ingressantes hiposuficientes; geração de obstáculo para a mobilidade social; estagnação dos indicadores socioeconômicos.	8	5	40	Alto
R31	Despriorização orçamentária direcionada ao ensino tecnológico (RFEPCT).	Não priorização do ensino tecnológico em virtude das mudanças na política de educação.	Dependência de outras fontes de recursos, tais como emendas parlamentares, incremento em parcerias com agências de fomento, setor produtivo e demais instituições que apoiem a política pública em questão.	8	5	40	Alto
R32	Inadequação dos critérios utilizados na avaliação SINAES podendo, eventualmente, enviazar os conceitos recebidos pelas Instituições.	Ausência de revisões sistemáticas e periódicas dos critérios utilizados na avaliação; eventual critério demasiadamente amplo ou reducionista.	Percepção errônea quanto ao nível de qualidade do curso (por exemplo, determinado curso que teria conceito 3 e não 5 dado um critério que privilegiou elementos que não contribuem para a formação profissional em detrimento de outros mais relevantes; distribuição equivocada dos recursos públicos.	8	2	16	Médio

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R33	Indefinição no estabelecimento de atribuições e competências para a gestão das atividades de graduação	Decorre de regimentos internos falhos; ausência de mapeamentos de processos, nos quais são identificadas as competências e instâncias de controle; ausência de modelo de governança da área de graduação.	Ineficiência na resolução de demandas identificadas; ausência de responsabilização por eventuais danos à instituição; perdas de prazos de atividades essenciais.	8	2	16	Médio
R34	Fragilidade das informações gerenciais para a tomada de decisões.	Baixa governança institucional com não priorização na construção e atualização de banco de dados; ausência ou inadequação de indicadores; baixa cultura institucional no registro e confiabilidade dos dados.	Tomada de decisão equivocada, sem aproveitamento de históricos e demais subsídios que poderiam trazer as informações de boa qualidade.	10	2	20	Médio
R35	Insuficiência ou inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica para o desenvolvimento das atividades da Graduação.	Falta de recurso ou gestão deficitária do gasto.	Baixa atratividade do curso; comprometimento do nível de satisfação com o curso; redução do conceito na avaliação MEC.	10	2	20	Médio
R36	Ameaça externa a segurança e a integridade dos dados armazenados na Instituição.	Falta de investimento em segurança da informação; governança deficitária; falta de capacitação e cultura organizacional para o tema; não punição dos acessos imotivados de servidores da Instituição que vazem dados sensíveis; inexistência de inclusão de requisitos nos processos das Instituições que atendam a LGPD.	Acesso a dados sigilosos; uso de informações para prática de fraude; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais; infração à LGPD.	10	2	20	Médio
R37	Falhas na segurança física das pessoas.	Ausência de gestão dos riscos; ausência de contemplação do item segurança na avaliação dos riscos; contingenciamento orçamentário; fragilidade no dimensionamento dos contratos de vigilância e portaria.	Danos à integridade física das pessoas; prejuízos a imagem; ações judiciais; compromete o nível de satisfação com o curso e com a instituição.	8	2	16	Médio

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R38	Escolha de perfil inadequado para cargos de direção.	Falta de regulamentação interna dos critérios para as escolhas dos cargos diretivos; influência interna ou externa na escolha.	Tomadas de decisão equivocadas; gestor mais suscetível aos interesses internos e externos que os institucionais; descrédito na liderança; baixa motivação dos servidores em virtude da ausência de oportunidades de ocupar cargos/funções de liderança; danos à imagem.	8	2	16	Médio
R39	Tomada de decisão em inobservância do interesse público.	Captura institucional por grupos de influência interna (docentes, pesquisadores, lideranças internas) e externa (stakeholders); fragilidade das ouvidorias e sistemas de correição com vistas a identificar tais desvios.	Atendimento de pleitos internos e de terceiros dissociados do interesse institucional; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio
R40	Baixa percepção de integridade institucional pelos diversos stakeholders.	Nível de governança reduzido pela ausência de implementação de controles; gestão de risco e integridade; baixa assimilação dos temas sobre integridade e gerenciamento de risco na cultura organizacional.	Dano à imagem institucional; prejuízo financeiro; baixo índice no clima organizacional; ambiente propício a desvios de conduta.	10	2	20	Médio
R41	Clima organizacional que propicia a geração de conflitos.	Falhas nas políticas responsáveis por criar um ambiente de satisfação; corporativismo.	Impacta o nível de satisfação entre: aluno-professor; colaboradores; entre alunos.	10	2	20	Médio
R42	Responsabilização Institucional em relação ao descumprimento da Agenda ESG.	Falta de política de integridade; Estratégica ineficiente do desenvolvimento da Agenda ESG; insuficiência de capacitação acerca do tema.	Prejuízos a imagem; possibilidade de judicialização; compromete o nível de relacionamento com parceiros e stakeholders; eventual exclusão da Instituição de programas de fomentos por descumprimento da agenda ESG.	8	2	16	Médio
R43	Falta de transparência ativa e passiva nos processos de competência das IFES.	Baixa governança na accountability; supressão intencional de informações; deficiência na gestão e publicação das informações; ausência do plano de dados abertos e classificação de dados sigilosos.	Dificuldade da sociedade de exercer sua prerrogativa de controle social; criação de ambiente propício ao desvio dos objetivos institucionais; danos à imagem institucional; aumento de processos administrativos em virtude da negativa de informações.	8	2	16	Médio

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R45	Processos seletivos falhos e pouco transparentes para contratação de docentes.	Corporativismo entre docentes; interesse pessoal no profissional a ser contratado; demasiada influência interna para seleção de docentes; ausência de regulamento geral sobre concursos e seleções; deficiência na elaboração e divulgação dos Editais.	Conflito de interesse em desfavor da instituição; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de judicialização dos processos seletivos.	8	2	16	Médio
R46	Falta frequente de docente.	Docente prioriza projetos de pesquisa ou atividades de extensão em detrimento a sala de aula; desenvolve atividades externas no horário de trabalho; controles de gestão deficitários em relação assiduidade e produtividade; ausência de desconto em folha de pagamento.	Insatisfação e prejuízos dos alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos (piora do ensino); redução dos indicadores acadêmicos.	10	2	20	Médio
R47	Desmotivação dos docentes na condução da proposta educacional.	Cultura institucional não privilegia a ampla participação do corpo docente na definição da proposta educacional; clima organizacional não motiva os docentes a contribuir para as melhorias.	Insatisfação de alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos em virtude de problemas de saúde, entre outros.	8	5	40	Alto
R48	Ausência de mão obra especializada/qualificada no quadro de servidores.	Não priorização de capacitação dos servidores; alocação de servidores sem as habilidades necessárias para a ocupação da função; inexistência de mapeamento das competências; rotatividade de servidores em virtude da baixa atratividade da carreira, dificultando o acúmulo de conhecimento.	Dependência de serviços de terceiros para realização de atividades de alta especialização; eventual limitação de participação institucional em determinadas iniciativas que dependam da especialização; danos na qualidade dos serviços prestados.	10	2	20	Médio
R49	Excesso de alocação de recursos (infraestrutura e docente) nos cursos com baixa atratividade e/ou permanência com êxito.	Falhas no planejamento e acompanhamento pedagógicos, em especial na gestão das vagas ociosas, em função do seu não preenchimento ou em decorrência da evasão; priorização na alocação de recursos para determinados cursos sem critérios objetivos.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso; redução dos indicadores de gestão e desempenho das IFES; desperdício de recursos.	8	2	16	Médio

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R5	Comprometimento da emissão dos diplomas concedidos aos formandos, devido à intempestividade da IFES na notificação, ou solicitação de autorização, ao MEC, quanto à criação do curso.	Não instituição ou falha nos procedimentos de notificação ou solicitação de autorização, pelo departamento responsável pela criação ou expansão de cursos; falhas de fluxo processual e de comunicação interna.	Atraso ou não fornecimento do diploma, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio
R50	Infraestrutura física para uso presencial ociosa.	Desinteresse de novos alunos no ingresso do curso; mal dimensionamento de espaço; gestão deficitária da coisa pública; deficiência nas políticas de divulgação e promoção dos cursos ofertados.	Elevação do custo por aluno.	10	2	20	Médio
R51	Custo por aluno nas IFES Públicas maior em relação às suas congêneres Privadas.	Distorção da autonomia universitária que de alguma forma permite: o “excesso” de docentes em determinadas disciplinas por vezes “ultrapassadas”; o subaproveitamento dos docentes; o planejamento e a distribuição de carga horária contaminada por corporativismo, personalismo e disputa entre os diversos departamentos de uma IFE; custos agregados decorrentes da administração pública como inativos, excesso de burocracia; política de assistência estudantil; investimento em pesquisa e extensão; localidades pouco atrativas.	Redução da Relação Aluno Docente (RAP), resultando em ineficiência no ensino, em decorrência da deficiência na alocação da força de trabalho docente.	8	2	16	Médio
R52	Exceder o custo da atividade orçada inicialmente.	Deficiência do planejamento dos gastos e do monitoramento da execução orçamentária.	Redução da qualidade no ensino ofertado; elevação do custo do ensino ofertado.	8	2	16	Médio
R53	Dificuldade de articulação do gestor para proposição de seu orçamento na LOA.	Baixa capacidade institucional de gestão orçamentária e financeira; assimetria de informações sobre necessidade de financiamento discricionário e obrigatório; pouca articulação política.	Eventual orçamento inadequado/insuficiente para o atingimento das metas estabelecidas para o exercício.	10	2	20	Médio

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R54	Aquisições de bens e serviços com vícios que possam resultar em superfaturamento, sobrepreço, baixa qualidade, falta ou excesso de quantitativos.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; ação intencional do agente responsável por má fé.	Comprometimento da governança da instituição, da execução orçamentária e oneração dos custos dos bens e serviços contratados; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos públicos.	8	2	16	Médio
R55	Limitação de participantes dos processos licitatórios, levando ao cerceamento ou direcionamento do fornecedor.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; exigências além do previsto nas normas; ação intencional do agente responsável por má fé.	Facilitação de conluio; licitação deserta; custo administrativo; riscos à imagem institucional; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos financeiros.	8	2	16	Médio
R56	Uso de cota BPEQ para finalidade não alinhada a estratégia e necessidade da gestão.	Ausência de hierarquização de objetivos e prioridades para graduação; demasiada influência interna para seleção de docentes. (direcionamento/imposição de grupos de interesse).	Diminuição do fluxo de ingressos de docentes (queda da relação ingresso/desligamento-aposentadoria); possibilidade de distorção do projeto pedagógico (aumento do custo de aluno equivalente); eventual comprometimento de curso.	8	2	16	Médio
R57	Desatualização tecnológica e didática para ensino híbrido.	Corporativismo entre docentes que não são favoráveis ao modelo; falta de investimento para infraestrutura de ensino híbrido; dificuldade de adaptação dos envolvidos; ausência de capacitação do docente.	Queda no fluxos de inscritos (vestibular) e ingressos (perda de alunos para concorrência); queda na reputação e na capacidade de expansão de oferta; retenção e evasão de alunos por desmotivação do ensino recebido.	10	2	20	Médio
R58	Desatualização/inadequação do acervo bibliográfico (bibliotecas, acervos digitais, assinaturas e bases acadêmicas).	Despriorização na atualização e expansão do acervo e plataformas de acesso; falta de critério objetivo na escolha da priorização para atualização do acervo, privilegiando determinados cursos em detrimento de outros; insuficiência dos recursos de acessibilidade.	Queda na qualidade da formação do corpo discente e docente; geração de obstáculo para a acessibilidade.	8	5	40	Alto
R59	Paralisação parcial ou total das atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU; greves (transporte, segurança); fatores externos (surtos, pandemias e epidemias; desastres da natureza; energia; internet);	Atraso no cronograma escolar; prejuízo ao processo de cognição do aluno; evasão.	10	2	20	Médio

Santana - Matriz de Riscos Graduação

R6	Lacuna de docentes para disciplinas.	Ineficiência alocativa de docentes; carência na contratação de professor titular e substituto; excesso de afastamentos de docentes; gestão deficitária de uso dos pontos de BPEQ; rotatividade de servidores em função de outros concursos; e preferência da execução de atividades extra classe (pesquisa e extensão) em detrimento da atividade em sala de aula.	Aumento no tempo de conclusão do curso ou prejuízo ao conteúdo estipulado na proposta curricular.	10	2	20	Médio
R7	Alocação assimétrica de docentes efetivos nos departamentos.	Ineficiência alocativa de docentes, considerando a gestão de uso dos pontos de BPEQ; pressão interna de grupos de interesse.	Comprometimento do desempenho nos departamentos.	8	5	40	Alto
R8	Oferta de cursos com excessiva alocação de professores substitutos e/ou temporário.	Excesso de afastamentos de docentes sem estudo prévio ou critérios; necessidade de adequação/atualização curricular desacompanhadas da necessária especialização do efetivo, gerando a demanda por um especialista temporário.	Volatilidade na manutenção dos cursos/disciplinas; rotatividade de professores; aumento de custos; insatisfação dos alunos; eventual descontinuidade de projetos específicos; eventual comprometimento no ensino.	5	5	25	Médio
R9	Alocação excessiva de docentes para disciplinas com baixa demanda (especialmente nas optativas).	A necessidade normativa de alocar carga horária mínima em sala de aula para docente.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso.	8	2	16	Médio

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

Risco da Rede		Causa	Consequência	Risco Inerente			
Cód.	Descrição	Descrição	Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
R1	Descompasso entre a grade curricular do curso e as necessidades das partes interessadas no aproveitamento do formando.	Interferência política (causa exógena/externa); e tanto a autonomia departamental como a deficiência no mapeamento das potencialidades de absorção dos formandos pelas partes interessadas (academia, mercado de trabalho, meio empresarial, etc) (causa endógena/interna).	Baixo nível de absorção dos formandos, queda na classificação do curso/IFE perante o MEC, e consequente desperdício de recursos aplicados.	2	5	10	Médio
R10	Atraso no cronograma de aulas.	Decorrente de paralizações de colaboradores; falta de repasse de recursos para manutenção da infraestrutura; planejamento deficitário; situações externas a Instituição, entre outras.	Impacta diretamente nas atividades e no desempenho institucional, além disso, pode afetar a motivação dos professores e dos alunos, provocando baixo rendimento e possível evasão escolar.	5	5	25	Médio
R11	Descumprimento do prazo estipulado para emissão do diploma.	Planejamento falho no cronograma e/ou excesso de burocracia na reitoria; morosidade no processo; ausência de fluxo para a emissão dos diplomas (ordem cronológica e de prioridades); atraso na publicação das notas pelo docente.	Eventual dificuldade de inserção no mercado de trabalho, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	2	8	16	Médio
R12	Fraude ou erro na emissão de diplomas.	Não adesão ao Projeto Diploma Digital; ausência de plataforma unificada de depósito de TCC; ausência ou insuficiência de procedimento mapeado com etapas de revisão que garantam a integridade no registro acadêmico; fragilidade na guarda do papel destinado à impressão; ação intencional do agente responsável por má fé.	Diplomação decorrente de trabalhos plagiados, parcial ou integralmente; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	1	10	10	Médio

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R13	Não reconhecimento/renovação de cursos de graduação e/ou não credenciamento/recredenciamento de instituições de ensino superior.	Avaliação Externa in loco insatisfatória decorrente de projetos de cursos mal planejados; ausência de acompanhamento de mudanças de cenário, entre outros.	Interrupção do cursos; não diplomação de alunos; insatisfação da comunidade acadêmica; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	2	8	16	Médio
R15	Programa de Estágio com baixo valor agregado.	Falhas em editais internos; ausência de processo estruturado para concessão de estágio; falha na seleção dos ofertantes; supervisão/acompanhamento acadêmico ineficiente.	Comprometimento da experiência prática na formação do aluno.	2	5	10	Médio
R16	Não absorção das políticas do MEC no Planejamento das IFES.	Falta de aderência do planejamento das IFES em relação às políticas do MEC; entendimento de que a autonomia universitária não obriga as IFES a seguirem as diretrizes do MEC; falta de clareza das diretrizes que instituição deve seguir.	Não atingimento das metas e objetivos estabelecidos pelo MEC.	1	5	5	Baixo
R17	Baixa qualidade de informação e comunicação interna sobre causalidade da evasão.	Falha na identificação e no registro da causa do trancamento da matrícula e no abandono do curso; não comunicação ou comunicação intempestiva ao setor responsável pela assistência ao aluno; sistema de gestão acadêmica não fornece informações de qualidade.	Incapacidade de construir ou gerir ações efetivas para minimizar os impactos da evasão e combater as causas; avaliação institucional insatisfatória.	2	8	16	Médio
R18	Baixa reputação da instituição perante as partes interessadas no aproveitamento do formando.	A proposta curricular do curso não atende às expectativas dos usuários; (baixo conceito, descompasso com a demanda; baixa qualificação da formação).	Baixa absorção de egressos; não atendimento à expectativa dos usuários; aumento dos índices de evasão; danos à imagem institucional.	2	8	16	Médio

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R19	Aumento da evasão e/ou permanência (retenção).	Ineficácia das ações afirmativas; falhas no acompanhamento psicopedagógico; demanda de alunos acima da capacidade de atendimento da Assistência Estudantil; não adaptação do aluno ao curso ou ambiente acadêmico; acolhimento falho dos ingressantes, seja por ausência de profissionais ou de metodologia adequada; problemas de aprendizagem; insegurança do aluno em relação a sua absorção no mercado de trabalho, necessidade de acessar o mercado trabalho antes de concluir a formação.	Contribui para o não atingimento das metas; impacto no custo variável por aluno; eventual descontinuidade do curso por ausência de quórum de alunos.	5	5	25	Médio
R20	Redundância de oferta de cursos entre as IES públicas, em regiões próximas (ou mesma área de abrangência), num cenário de financiadores reduzidos.	Ausência de política conjunta de criação e expansão de vagas, tanto entre IFES de uma mesma região, quanto IFES e Redes estadual e municipal; Interferência política na escolha dos cursos a serem implementados.	Não otimização de recursos para atender de modo eficiente a demanda do aluno; ociosidade de estrutura física; baixa absorção dos egressos, em virtude da elevada oferta de profissionais.	2	8	16	Médio
R21	Redução da qualidade do ensino ofertado pelas IFES em decorrência da garantia da oferta gratuita.	Greve, falta de professores e técnicos-administrativos, projeto pedagógico desatualizado, infraestrutura precária, inclusive em relação à acessibilidade.	Queda de ingressantes; queda na taxa de permanência com êxito; baixo conceito na avaliação MEC; diminuição da vantagem competitiva das Instituições Públicas.	2	5	10	Médio
R22	Desconhecimento do alcance dos propósitos definidos na proposta de valor da graduação das IFES (mobilidade social, empreendedorismo, empregabilidade, dentre outros).	Ausência de cultura no ambiente acadêmico de acompanhar a trajetória do egresso; ausência de avaliações internas.	Falta de insumos para eventual correção na oferta de cursos ou alteração dos projetos pedagógicos para a maior eficácia no alcance dos propósitos.	5	8	40	Alto
R23	Queda no conceito final da nota da instituição no SINAES.	Queda na avaliação institucional (governança, infraestrutura e corpo docente); queda na avaliação dos alunos no ENADE; baixa qualidade de cursos no CPC; eventual avaliação incorreta dos cursos por parte dos avaliadores do INEP.	Diminuição da credibilidade perante a comunidade acadêmica e a sociedade; diminuição de acesso a recursos discricionários.	2	8	16	Médio

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R24	Redução do acesso a recursos em virtude da piora de indicadores.	Diminuição do indicador de eficiência e qualidade, cujo o principal parâmetro utilizado é “aluno equivalente”; queda da participação nos resultados da Rede Federal - MOCC e demais matrizes.	Piora qualitativa e quantitativa do ensino ofertado.	2	5	10	Médio
R25	Baixa qualidade dos resultados alcançados. (formação dos alunos, reputação institucional e notas de avaliações)	Ausência ou insuficiência de indicadores e metas de desempenho; indicadores e metas não monitorados.	Aumento da evasão, aumento de vagas ociosas, redução do conceito na avaliação MEC.	2	8	16	Médio
R26	Ausência de produção acadêmica e sua publicação em plataformas especializadas.	Baixo incentivo/estímulo, por parte dos professores para com os alunos, em fomentar a produção acadêmica; baixa qualidade de cursos ofertados resultando em produção acadêmica de baixa qualidade; carência de recursos financeiros destinados à publicação.	Não aproveitamento da produção acadêmica pela comunidade; impacto nas avaliações de desempenho e de conceitos da instituição.	1	8	8	Baixo
R27	Adoção de estratégias e práticas insuficientes ou equivocadas na gestão da política de assistência estudantil.	Política Nacional desarticulada com as IFES; complexa em função das diversas ofertas; limitante em função de critérios e valores financeiros desatualizados; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; insuficiência de pessoal dedicado e sistemas.	Queda de ingressantes; aumento da evasão e da retenção; desperdício de recursos financeiros em função do não alcance dos resultados pretendidos; redução dos indicadores de desempenho.	1	10	10	Médio
R28	Concessão de benefícios no âmbito da política de assistência estudantil a estudantes com perfis fora dos critérios elegíveis.	Desconhecimento por alunos prioritários dos benefícios oferecidos por falhas na política de comunicação em momento prévio e posterior ao ingresso, assim como concessões intencionais de benefícios a estudantes de perfis fora dos critérios; insuficiência de instrumentos para a identificação dos alunos elegíveis aos benefícios; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; dificuldade de alunos estrangeiros na apresentação de documentos comprobatórios.	Queda no desempenho/resultados dos cursos; e aumento da evasão; desperdício de recursos financeiros; danos à imagem da instituição.	2	8	16	Médio

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R29	Dificuldade ou inviabilização da participação de estudantes de vulnerabilidade socioeconômica nas atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU de programas específicos de assistência estudantil; fragilidade no planejamento da proposta orçamentária anual da Instituição.	Possível evasão ou retenção; insatisfação do aluno ; prejuízo ao processo de cognição do aluno.	2	8	16	Médio
R3	Descontinuidade de cursos	Baixa capacidade de planejamento e gestão, com ausência de indicadores e metas; ausência de suporte orçamentário para a sua manutenção a médio e longo prazo.	Fluxo de ingresso de alunos insuficiente para manutenção de matrículas, inviabilizando a continuidade do curso; comprometimento da matriz orçamentária; desperdício de recursos públicos; prejuízos à imagem institucional (incluindo o baixo conceito na avaliação MEC) .	2	5	10	Médio
R30	Dificuldade de acesso ao ensino superior por barreira socio-econômica.	Elitização do ENEM (encarecimento da taxa de inscrição e diminuição do número de isenções); corte nos recursos do programa.	Aumento da marginalização de potenciais ingressantes hiposuficientes; geração de obstáculo para a mobilidade social; estagnação dos indicadores socioeconômicos.	2	2	4	Baixo
R31	Despriorização orçamentária direcionada ao ensino tecnológico (RFEPCT).	Não priorização do ensino tecnológico em virtude das mudanças na política de educação.	Dependência de outras fontes de recursos, tais como emendas parlamentares, incremento em parcerias com agências de fomento, setor produtivo e demais instituições que apoiem a política pública em questão.	8	8	64	Alto
R32	Inadequação dos critérios utilizados na avaliação SINAES podendo, eventualmente, enviezar os conceitos recebidos pelas Instituições.	Ausência de revisões sistemáticas e periódicas dos critérios utilizados na avaliação; eventual critério demasiadamente amplo ou reducionista.	Percepção errônea quanto ao nível de qualidade do curso (por exemplo, determinado curso que teria conceito 3 e não 5 dado um critério que privilegiou elementos que não contribuem para a formação profissional em detrimento de outros mais relevantes; distribuição equivocada dos recursos públicos.	5	8	40	Alto

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R33	Indefinição no estabelecimento de atribuições e competências para a gestão das atividades de graduação	Decorre de regimentos internos falhos; ausência de mapeamentos de processos, nos quais são identificadas as competências e instâncias de controle; ausência de modelo de governança da área de graduação.	Ineficiência na resolução de demandas identificadas; ausência de responsabilização por eventuais danos à instituição; perdas de prazos de atividades essenciais.	2	8	16	Médio
R34	Fragilidade das informações gerenciais para a tomada de decisões.	Baixa governança institucional com não priorização na construção e atualização de banco de dados; ausência ou inadequação de indicadores; baixa cultura institucional no registro e confiabilidade dos dados.	Tomada de decisão equivocada, sem aproveitamento de históricos e demais subsídios que poderiam trazer as informações de boa qualidade.	2	8	16	Médio
R35	Insuficiência ou inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica para o desenvolvimento das atividades da Graduação.	Falta de recurso ou gestão deficitária do gasto.	Baixa atratividade do curso; comprometimento do nível de satisfação com o curso; redução do conceito na avaliação MEC.	2	8	16	Médio
R36	Ameaça externa a segurança e a integridade dos dados armazenados na Instituição.	Falta de investimento em segurança da informação; governança deficitária; falta de capacitação e cultura organizacional para o tema; não punição dos acessos imotivados de servidores da Instituição que vazem dados sensíveis; inexistência de inclusão de requisitos nos processos das Instituições que atendam a LGPD.	Acesso a dados sigilosos; uso de informações para prática de fraude; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais; infração à LGPD.	2	8	16	Médio
R37	Falhas na segurança física das pessoas.	Ausência de gestão dos riscos; ausência de contemplação do item segurança na avaliação dos riscos; contingenciamento orçamentário; fragilidade no dimensionamento dos contratos de vigilância e portaria.	Danos à integridade física das pessoas; prejuízos a imagem; ações judiciais; compromete o nível de satisfação com o curso e com a instituição.	5	8	40	Alto

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R38	Escolha de perfil inadequado para cargos de direção.	Falta de regulamentação interna dos critérios para as escolhas dos cargos diretivos; influência interna ou externa na escolha.	Tomadas de decisão equivocadas; gestor mais suscetível aos interesses internos e externos que os institucionais; descrédito na liderança; baixa motivação dos servidores em virtude da ausência de oportunidades de ocupar cargos/funções de liderança; danos à imagem.	5	8	40	Alto
R39	Tomada de decisão em inobservância do interesse público.	Captura institucional por grupos de influência interna (docentes, pesquisadores, lideranças internas) e externa (stakeholders); fragilidade das ouvidorias e sistemas de correição com vistas a identificar tais desvios.	Atendimento de pleitos internos e de terceiros dissociados do interesse institucional; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	5	8	40	Alto
R40	Baixa percepção de integridade institucional pelos diversos stakeholders.	Nível de governança reduzido pela ausência de implementação de controles; gestão de risco e integridade; baixa assimilação dos temas sobre integridade e gerenciamento de risco na cultura organizacional.	Dano à imagem institucional; prejuízo financeiro; baixo índice no clima organizacional; ambiente propício a desvios de conduta.	5	8	40	Alto
R41	Clima organizacional que propicia a geração de conflitos.	Falhas nas políticas responsáveis por criar um ambiente de satisfação; corporativismo.	Impacta o nível de satisfação entre: aluno-professor; colaboradores; entre alunos.	8	5	40	Alto
R42	Responsabilização Institucional em relação ao descumprimento da Agenda ESG.	Falta de política de integridade; Estratégica ineficiente do desenvolvimento da Agenda ESG; insuficiência de capacitação acerca do tema.	Prejuízos a imagem; possibilidade de judicialização; compromete o nível de relacionamento com parceiros e stakeholders; eventual exclusão da Instituição de programas de fomentos por descumprimento da agenda ESG.	5	8	40	Alto
R43	Falta de transparência ativa e passiva nos processos de competência das IFES.	Baixa governança na accountability; supressão intencional de informações; deficiência na gestão e publicação das informações; ausência do plano de dados abertos e classificação de dados sigilosos.	Dificuldade da sociedade de exercer sua prerrogativa de controle social; criação de ambiente propício ao desvio dos objetivos institucionais; danos à imagem institucional; aumento de processos administrativos em virtude da negativa de informações.	5	10	50	Alto

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R45	Processos seletivos falhos e pouco transparentes para contratação de docentes.	Corporativismo entre docentes; interesse pessoal no profissional a ser contratado; demasiada influência interna para seleção de docentes; ausência de regulamento geral sobre concursos e seleções; deficiência na elaboração e divulgação dos Editais.	Conflito de interesse em desfavor da instituição; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de judicialização dos processos seletivos.	5	10	50	Alto
R46	Falta frequente de docente.	Docente prioriza projetos de pesquisa ou atividades de extensão em detrimento a sala de aula; desenvolve atividades externas no horário de trabalho; controles de gestão deficitários em relação assiduidade e produtividade; ausência de desconto em folha de pagamento.	Insatisfação e prejuízos dos alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos (piora do ensino); redução dos indicadores acadêmicos.	5	10	50	Alto
R47	Desmotivação dos docentes na condução da proposta educacional.	Cultura institucional não privilegia a ampla participação do corpo docente na definição da proposta educacional; clima organizacional não motiva os docentes a contribuir para as melhorias.	Insatisfação de alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos em virtude de problemas de saúde, entre outros.	5	8	40	Alto
R48	Ausência de mão obra especializada/qualificada no quadro de servidores.	Não priorização de capacitação dos servidores; alocação de servidores sem as habilidades necessárias para a ocupação da função; inexistência de mapeamento das competências; rotatividade de servidores em virtude da baixa atratividade da carreira, dificultando o acúmulo de conhecimento.	Dependência de serviços de terceiros para realização de atividades de alta especialização; eventual limitação de participação institucional em determinadas iniciativas que dependam da especialização; danos na qualidade dos serviços prestados.	5	8	40	Alto
R49	Excesso de alocação de recursos (infraestrutura e docente) nos cursos com baixa atratividade e/ou permanência com êxito.	Falhas no planejamento e acompanhamento pedagógicos, em especial na gestão das vagas ociosas, em função do seu não preenchimento ou em decorrência da evasão; priorização na alocação de recursos para determinados cursos sem critérios objetivos.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso; redução dos indicadores de gestão e desempenho das IFES; desperdício de recursos.	5	8	40	Alto
R5	Comprometimento da emissão dos diplomas concedidos aos formandos, devido à intempestividade da IFES na notificação, ou solicitação de autorização, ao MEC, quanto à criação do curso.	Não instituição ou falha nos procedimentos de notificação ou solicitação de autorização, pelo departamento responsável pela criação ou expansão de cursos; falhas de fluxo processual e de comunicação interna.	Atraso ou não fornecimento do diploma, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	2	10	20	Médio

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R50	Infraestrutura física para uso presencial ociosa.	Desinteresse de novos alunos no ingresso do curso; mal dimensionamento de espaço; gestão deficitária da coisa pública; deficiência nas políticas de divulgação e promoção dos cursos ofertados.	Elevação do custo por aluno.	5	10	50	Alto
R51	Custo por aluno nas IFES Públicas maior em relação às suas congêneres Privadas.	Distorção da autonomia universitária que de alguma forma permite: o “excesso” de docentes em determinadas disciplinas por vezes “ultrapassadas”; o subaproveitamento dos docentes; o planejamento e a distribuição de carga horária contaminada por corporativismo, personalismo e disputa entre os diversos departamentos de uma IFE; custos agregados decorrentes da administração pública como inativos, excesso de burocracia; política de assistência estudantil; investimento em pesquisa e extensão; localidades pouco atrativas.	Redução da Relação Aluno Docente (RAP), resultando em ineficiência no ensino, em decorrência da deficiência na alocação da força de trabalho docente.	5	8	40	Alto
R52	Exceder o custo da atividade orçada inicialmente.	Deficiência do planejamento dos gastos e do monitoramento da execução orçamentária.	Redução da qualidade no ensino ofertado; elevação do custo do ensino ofertado.	5	8	40	Alto
R53	Dificuldade de articulação do gestor para proposição de seu orçamento na LOA.	Baixa capacidade institucional de gestão orçamentária e financeira; assimetria de informações sobre necessidade de financiamento discricionário e obrigatório; pouca articulação política.	Eventual orçamento inadequado/insuficiente para o atingimento das metas estabelecidas para o exercício.	2	8	16	Médio
R54	Aquisições de bens e serviços com vícios que possam resultar em superfaturamento, sobrepreço, baixa qualidade, falta ou excesso de quantitativos.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; ação intencional do agente responsável por má fé.	Comprometimento da governança da instituição, da execução orçamentária e oneração dos custos dos bens e serviços contratados; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos públicos.	5	5	25	Médio
R55	Limitação de participantes dos processos licitatórios, levando ao cerceamento ou direcionamento do fornecedor.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; exigências além do previsto nas normas; ação intencional do agente responsável por má fé.	Facilitação de conluio; licitação deserta; custo administrativo; riscos à imagem institucional; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos financeiros.	5	5	25	Médio

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R56	Uso de cota BPEQ para finalidade não alinhada a estratégia e necessidade da gestão.	Ausência de hierarquização de objetivos e prioridades para graduação; demasiada influência interna para seleção de docentes. (direcionamento/imposição de grupos de interesse).	Diminuição do fluxo de ingressos de docentes (queda da relação ingresso/desligamento-aposentadoria); possibilidade de distorção do projeto pedagógico (aumento do custo de aluno equivalente); eventual comprometimento de curso.	5	5	25	Médio
R57	Desatualização tecnológica e didática para ensino híbrido.	Corporativismo entre docentes que não são favoráveis ao modelo; falta de investimento para infraestrutura de ensino híbrido; dificuldade de adaptação dos envolvidos; ausência de capacitação do docente.	Queda no fluxos de inscritos (vestibular) e ingressos (perda de alunos para concorrência); queda na reputação e na capacidade de expansão de oferta; retenção e evasão de alunos por desmotivação do ensino recebido.	5	8	40	Alto
R58	Desatualização/inadequação do acervo bibliográfico (bibliotecas, acervos digitais, assinaturas e bases acadêmicas).	Despriorização na atualização e expansão do acervo e plataformas de acesso; falta de critério objetivo na escolha da priorização para atualização do acervo, privilegiando determinados cursos em detrimento de outros; insuficiência dos recursos de acessibilidade.	Queda na qualidade da formação do corpo discente e docente; geração de obstáculo para a acessibilidade.	5	8	40	Alto
R59	Paralisação parcial ou total das atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU; greves (transporte, segurança); fatores externos (surtos, pandemias e epidemias; desastres da natureza; energia; internet);	Atraso no cronograma escolar; prejuízo ao processo de cognição do aluno; evasão.	5	5	25	Médio
R6	Lacuna de docentes para disciplinas.	Ineficiência alocativa de docentes; carência na contratação de professor titular e substituto; excesso de afastamentos de docentes; gestão deficitária de uso dos pontos de BPEQ; rotatividade de servidores em função de outros concursos; e preferência da execução de atividades extra classe (pesquisa e extensão) em detrimento da atividade em sala de aula.	Aumento no tempo de conclusão do curso ou prejuízo ao conteúdo estipulado na proposta curricular.	5	8	40	Alto

Oiapoque - Matriz de Riscos Graduação

R7	Alocação assimétrica de docentes efetivos nos departamentos.	Ineficiência alocativa de docentes, considerando a gestão de uso dos pontos de BPEQ; pressão interna de grupos de interesse.	Comprometimento do desempenho nos departamentos.	5	8	40	Alto
R8	Oferta de cursos com excessiva alocação de professores substitutos e/ou temporário.	Excesso de afastamentos de docentes sem estudo prévio ou critérios; necessidade de adequação/atualização curricular desacompanhadas da necessária especialização do efetivo, gerando a demanda por um especialista temporário.	Volatilidade na manutenção dos cursos/disciplinas; rotatividade de professores; aumento de custos; insatisfação dos alunos; eventual descontinuidade de projetos específicos; eventual comprometimento no ensino.	5	8	40	Alto
R9	Alocação excessiva de docentes para disciplinas com baixa demanda (especialmente nas optativas).	A necessidade normativa de alocar carga horária mínima em sala de aula para docente.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso.	5	8	40	Alto

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

Risco da Rede		Causa	Consequência	Risco Inerente			
Cód.	Descrição	Descrição	Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
R1	Descompasso entre a grade curricular do curso e as necessidades das partes interessadas no aproveitamento do formando.	Interferência política (causa exógena/externa); e tanto a autonomia departamental como a deficiência no mapeamento das potencialidades de absorção dos formandos pelas partes interessadas (academia, mercado de trabalho, meio empresarial, etc) (causa endógena/interna).	Baixo nível de absorção dos formandos, queda na classificação do curso/IFE perante o MEC, e consequente desperdício de recursos aplicados.	2	1	2	Baixo
R10	Atraso no cronograma de aulas.	Decorrente de paralizações de colaboradores; falta de repasse de recursos para manutenção da infraestrutura; planejamento deficitário; situações externas a Instituição, entre outras.	Impacta diretamente nas atividades e no desempenho institucional, além disso, pode afetar a motivação dos professores e dos alunos, provocando baixo rendimento e possível evasão escolar.	1	5	5	Baixo
R11	Descumprimento do prazo estipulado para emissão do diploma.	Planejamento falho no cronograma e/ou excesso de burocracia na reitoria; morosidade no processo; ausência de fluxo para a emissão dos diplomas (ordem cronológica e de prioridades); atraso na publicação das notas pelo docente.	Eventual dificuldade de inserção no mercado de trabalho, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	2	1	2	Baixo
R12	Fraude ou erro na emissão de diplomas.	Não adesão ao Projeto Diploma Digital; ausência de plataforma unificada de depósito de TCC; ausência ou insuficiência de procedimento mapeado com etapas de revisão que garantam a integridade no registro acadêmico; fragilidade na guarda do papel destinado à impressão; ação intencional do agente responsável por má fé.	Diplomação decorrente de trabalhos plagiados, parcial ou integralmente; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	5	1	5	Baixo

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R13	Não reconhecimento/renovação de cursos de graduação e/ou não credenciamento/recredenciamento de instituições de ensino superior.	Avaliação Externa in loco insatisfatória decorrente de projetos de cursos mal planejados; ausência de acompanhamento de mudanças de cenário, entre outros.	Interrupção do cursos; não diplomação de alunos; insatisfação da comunidade acadêmica; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	1	8	Baixo
R15	Programa de Estágio com baixo valor agregado.	Falhas em editais internos; ausência de processo estruturado para concessão de estágio; falha na seleção dos ofertantes; supervisão/acompanhamento acadêmico ineficiente.	Comprometimento da experiência prática na formação do aluno.	5	1	5	Baixo
R16	Não absorção das políticas do MEC no Planejamento das IFES.	Falta de aderência do planejamento das IFES em relação às políticas do MEC; entendimento de que a autonomia universitária não obriga as IFES a seguirem as diretrizes do MEC; falta de clareza das diretrizes que instituição deve seguir.	Não atingimento das metas e objetivos estabelecidos pelo MEC.	5	1	5	Baixo
R17	Baixa qualidade de informação e comunicação interna sobre causalidade da evasão.	Falha na identificação e no registro da causa do trancamento da matrícula e no abandono do curso; não comunicação ou comunicação intempestiva ao setor responsável pela assistência ao aluno; sistema de gestão acadêmica não fornece informações de qualidade.	Incapacidade de construir ou gerir ações efetivas para minimizar os impactos da evasão e combater as causas; avaliação institucional insatisfatória.	2	1	2	Baixo
R18	Baixa reputação da instituição perante as partes interessadas no aproveitamento do formando.	A proposta curricular do curso não atende às expectativas dos usuários; (baixo conceito, descompasso com a demanda; baixa qualificação da formação).	Baixa absorção de egressos; não atendimento à expectativa dos usuários; aumento dos índices de evasão; danos à imagem institucional.	1	1	1	Baixo

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R19	Aumento da evasão e/ou permanência (retenção).	Ineficácia das ações afirmativas; falhas no acompanhamento psicopedagógico; demanda de alunos acima da capacidade de atendimento da Assistência Estudantil; não adaptação do aluno ao curso ou ambiente acadêmico; acolhimento falho dos ingressantes, seja por ausência de profissionais ou de metodologia adequada; problemas de aprendizagem; insegurança do aluno em relação a sua absorção no mercado de trabalho, necessidade de acessar o mercado trabalho antes de concluir a formação.	Contribui para o não atingimento das metas; impacto no custo variável por aluno; eventual descontinuidade do curso por ausência de quórum de alunos.	2	2	4	Baixo
R20	Redundância de oferta de cursos entre as IES públicas, em regiões próximas (ou mesma área de abrangência), num cenário de financiadores reduzidos.	Ausência de política conjunta de criação e expansão de vagas, tanto entre IFES de uma mesma região, quanto IFES e Redes estadual e municipal; Interferência política na escolha dos cursos a serem implementados.	Não otimização de recursos para atender de modo eficiente a demanda do aluno; ociosidade de estrutura física; baixa absorção dos egressos, em virtude da elevada oferta de profissionais.	2	1	2	Baixo
R21	Redução da qualidade do ensino ofertado pelas IFES em decorrência da garantia da oferta gratuita.	Greve, falta de professores e técnicos-administrativos, projeto pedagógico desatualizado, infraestrutura precária, inclusive em relação à acessibilidade.	Queda de ingressantes; queda na taxa de permanência com êxito; baixo conceito na avaliação MEC; diminuição da vantagem competitiva das Instituições Públicas.	2	1	2	Baixo
R22	Desconhecimento do alcance dos propósitos definidos na proposta de valor da graduação das IFES (mobilidade social, empreendedorismo, empregabilidade, dentre outros).	Ausência de cultura no ambiente acadêmico de acompanhar a trajetória do egresso; ausência de avaliações internas.	Falta de insumos para eventual correção na oferta de cursos ou alteração dos projetos pedagógicos para a maior eficácia no alcance dos propósitos.	5	1	5	Baixo
R23	Queda no conceito final da nota da instituição no SINAES.	Queda na avaliação institucional (governança, infraestrutura e corpo docente); queda na avaliação dos alunos no ENADE; baixa qualidade de cursos no CPC; eventual avaliação incorreta dos cursos por parte dos avaliadores do INEP.	Diminuição da credibilidade perante a comunidade acadêmica e a sociedade; diminuição de acesso a recursos discricionários.	8	1	8	Baixo

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R24	Redução do acesso a recursos em virtude da piora de indicadores.	Diminuição do indicador de eficiência e qualidade, cujo o principal parâmetro utilizado é “aluno equivalente”; queda da participação nos resultados da Rede Federal - MOCC e demais matrizes.	Piora qualitativa e quantitativa do ensino ofertado.	5	2	10	Médio
R25	Baixa qualidade dos resultados alcançados. (formação dos alunos, reputação institucional e notas de avaliações)	Ausência ou insuficiência de indicadores e metas de desempenho; indicadores e metas não monitorados.	Aumento da evasão, aumento de vagas ociosas, redução do conceito na avaliação MEC.	8	2	16	Médio
R26	Ausência de produção acadêmica e sua publicação em plataformas especializadas.	Baixo incentivo/estímulo, por parte dos professores para com os alunos, em fomentar a produção acadêmica; baixa qualidade de cursos ofertados resultando em produção acadêmica de baixa qualidade; carência de recursos financeiros destinados à publicação.	Não aproveitamento da produção acadêmica pela comunidade; impacto nas avaliações de desempenho e de conceitos da instituição.	2	1	2	Baixo
R27	Adoção de estratégias e práticas insuficientes ou equivocadas na gestão da política de assistência estudantil.	Política Nacional desarticulada com as IFES; complexa em função das diversas ofertas; limitante em função de critérios e valores financeiros desatualizados; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; insuficiência de pessoal dedicado e sistemas.	Queda de ingressantes; aumento da evasão e da retenção; desperdício de recursos financeiros em função do não alcance dos resultados pretendidos; redução dos indicadores de desempenho.	5	2	10	Médio
R28	Concessão de benefícios no âmbito da política de assistência estudantil a estudantes com perfis fora dos critérios elegíveis.	Desconhecimento por alunos prioritários dos benefícios oferecidos por falhas na política de comunicação em momento prévio e posterior ao ingresso, assim como concessões intencionais de benefícios a estudantes de perfis fora dos critérios; insuficiência de instrumentos para a identificação dos alunos elegíveis aos benefícios; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; dificuldade de alunos estrangeiros na apresentação de documentos comprobatórios.	Queda no desempenho/resultados dos cursos; e aumento da evasão; desperdício de recursos financeiros; danos à imagem da instituição.	2	1	2	Baixo

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R29	Dificuldade ou inviabilização da participação de estudantes de vulnerabilidade socioeconômica nas atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU de programas específicos de assistência estudantil; fragilidade no planejamento da proposta orçamentária anual da Instituição.	Possível evasão ou retenção; insatisfação do aluno ; prejuízo ao processo de cognição do aluno.	5	5	25	Médio
R3	Descontinuidade de cursos	Baixa capacidade de planejamento e gestão, com ausência de indicadores e metas; ausência de suporte orçamentário para a sua manutenção a médio e longo prazo.	Fluxo de ingresso de alunos insuficiente para manutenção de matrículas, inviabilizando a continuidade do curso; comprometimento da matriz orçamentária; desperdício de recursos públicos; prejuízos à imagem institucional (incluindo o baixo conceito na avaliação MEC) .	10	1	10	Médio
R30	Dificuldade de acesso ao ensino superior por barreira socio-econômica.	Elitização do ENEM (encarecimento da taxa de inscrição e diminuição do número de isenções); corte nos recursos do programa.	Aumento da marginalização de potenciais ingressantes hiposuficientes; geração de obstáculo para a mobilidade social; estagnação dos indicadores socioeconômicos.	8	5	40	Alto
R31	Despriorização orçamentária direcionada ao ensino tecnológico (RFEPECT).	Não priorização do ensino tecnológico em virtude das mudanças na política de educação.	Dependência de outras fontes de recursos, tais como emendas parlamentares, incremento em parcerias com agências de fomento, setor produtivo e demais instituições que apoiem a política pública em questão.	5	8	40	Alto
R32	Inadequação dos critérios utilizados na avaliação SINAES podendo, eventualmente, enviezar os conceitos recebidos pelas Instituições.	Ausência de revisões sistemáticas e periódicas dos critérios utilizados na avaliação; eventual critério demasiadamente amplo ou reducionista.	Percepção errônea quanto ao nível de qualidade do curso (por exemplo, determinado curso que teria conceito 3 e não 5 dado um critério que privilegiou elementos que não contribuem para a formação profissional em detrimento de outros mais relevantes; distribuição equivocada dos recursos públicos.	8	5	40	Alto

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R33	Indefinição no estabelecimento de atribuições e competências para a gestão das atividades de graduação	Decorre de regimentos internos falhos; ausência de mapeamentos de processos, nos quais são identificadas as competências e instâncias de controle; ausência de modelo de governança da área de graduação.	Ineficiência na resolução de demandas identificadas; ausência de responsabilização por eventuais danos à instituição; perdas de prazos de atividades essenciais.	5	1	5	Baixo
R34	Fragilidade das informações gerenciais para a tomada de decisões.	Baixa governança institucional com não priorização na construção e atualização de banco de dados; ausência ou inadequação de indicadores; baixa cultura institucional no registro e confiabilidade dos dados.	Tomada de decisão equivocada, sem aproveitamento de históricos e demais subsídios que poderiam trazer as informações de boa qualidade.	5	1	5	Baixo
R35	Insuficiência ou inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica para o desenvolvimento das atividades da Graduação.	Falta de recurso ou gestão deficitária do gasto.	Baixa atratividade do curso; comprometimento do nível de satisfação com o curso; redução do conceito na avaliação MEC.	8	5	40	Alto
R36	Ameaça externa a segurança e a integridade dos dados armazenados na Instituição.	Falta de investimento em segurança da informação; governança deficitária; falta de capacitação e cultura organizacional para o tema; não punição dos acessos imotivados de servidores da Instituição que vazem dados sensíveis; inexistência de inclusão de requisitos nos processos das Instituições que atendam a LGPD.	Acesso a dados sigilosos; uso de informações para prática de fraude; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais; infração à LGPD.	5	5	25	Médio
R37	Falhas na segurança física das pessoas.	Ausência de gestão dos riscos; ausência de contemplação do item segurança na avaliação dos riscos; contingenciamento orçamentário; fragilidade no dimensionamento dos contratos de vigilância e portaria.	Danos à integridade física das pessoas; prejuízos a imagem; ações judiciais; compromete o nível de satisfação com o curso e com a instituição.	8	5	40	Alto

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R38	Escolha de perfil inadequado para cargos de direção.	Falta de regulamentação interna dos critérios para as escolhas dos cargos diretivos; influência interna ou externa na escolha.	Tomadas de decisão equivocadas; gestor mais suscetível aos interesses internos e externos que os institucionais; descrédito na liderança; baixa motivação dos servidores em virtude da ausência de oportunidades de ocupar cargos/funções de liderança; danos à imagem.	8	1	8	Baixo
R39	Tomada de decisão em inobservância do interesse público.	Captura institucional por grupos de influência interna (docentes, pesquisadores, lideranças internas) e externa (stakeholders); fragilidade das ouvidorias e sistemas de correição com vistas a identificar tais desvios.	Atendimento de pleitos internos e de terceiros dissociados do interesse institucional; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	5	1	5	Baixo
R40	Baixa percepção de integridade institucional pelos diversos stakeholders.	Nível de governança reduzido pela ausência de implementação de controles; gestão de risco e integridade; baixa assimilação dos temas sobre integridade e gerenciamento de risco na cultura organizacional.	Dano à imagem institucional; prejuízo financeiro; baixo índice no clima organizacional; ambiente propício a desvios de conduta.	5	1	5	Baixo
R41	Clima organizacional que propicia a geração de conflitos.	Falhas nas políticas responsáveis por criar um ambiente de satisfação; corporativismo.	Impacta o nível de satisfação entre: aluno-professor; colaboradores; entre alunos.	5	1	5	Baixo
R42	Responsabilização Institucional em relação ao descumprimento da Agenda ESG.	Falta de política de integridade; Estratégica ineficiente do desenvolvimento da Agenda ESG; insuficiência de capacitação acerca do tema.	Prejuízos a imagem; possibilidade de judicialização; compromete o nível de relacionamento com parceiros e stakeholders; eventual exclusão da Instituição de programas de fomentos por descumprimento da agenda ESG.	2	1	2	Baixo
R43	Falta de transparência ativa e passiva nos processos de competência das IFES.	Baixa governança na accountability; supressão intencional de informações; deficiência na gestão e publicação das informações; ausência do plano de dados abertos e classificação de dados sigilosos.	Dificuldade da sociedade de exercer sua prerrogativa de controle social; criação de ambiente propício ao desvio dos objetivos institucionais; danos à imagem institucional; aumento de processos administrativos em virtude da negativa de informações.	8	1	8	Baixo

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R45	Processos seletivos falhos e pouco transparentes para contratação de docentes.	Corporativismo entre docentes; interesse pessoal no profissional a ser contratado; demasiada influência interna para seleção de docentes; ausência de regulamento geral sobre concursos e seleções; deficiência na elaboração e divulgação dos Editais.	Conflito de interesse em desfavor da instituição; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de judicialização dos processos seletivos.	8	1	8	Baixo
R46	Falta frequente de docente.	Docente prioriza projetos de pesquisa ou atividades de extensão em detrimento a sala de aula; desenvolve atividades externas no horário de trabalho; controles de gestão deficitários em relação assiduidade e produtividade; ausência de desconto em folha de pagamento.	Insatisfação e prejuízos dos alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos (piora do ensino); redução dos indicadores acadêmicos.	8	8	64	Alto
R47	Desmotivação dos docentes na condução da proposta educacional.	Cultura institucional não privilegia a ampla participação do corpo docente na definição da proposta educacional; clima organizacional não motiva os docentes a contribuir para as melhorias.	Insatisfação de alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos em virtude de problemas de saúde, entre outros.	8	5	40	Alto
R48	Ausência de mão obra especializada/qualificada no quadro de servidores.	Não priorização de capacitação dos servidores; alocação de servidores sem as habilidades necessárias para a ocupação da função; inexistência de mapeamento das competências; rotatividade de servidores em virtude da baixa atratividade da carreira, dificultando o acúmulo de conhecimento.	Dependência de serviços de terceiros para realização de atividades de alta especialização; eventual limitação de participação institucional em determinadas iniciativas que dependam da especialização; danos na qualidade dos serviços prestados.	10	8	80	Extremo
R49	Excesso de alocação de recursos (infraestrutura e docente) nos cursos com baixa atratividade e/ou permanência com êxito.	Falhas no planejamento e acompanhamento pedagógicos, em especial na gestão das vagas ociosas, em função do seu não preenchimento ou em decorrência da evasão; priorização na alocação de recursos para determinados cursos sem critérios objetivos.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso; redução dos indicadores de gestão e desempenho das IFES; desperdício de recursos.	8	5	40	Alto

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R5	Comprometimento da emissão dos diplomas concedidos aos formandos, devido à intempestividade da IFES na notificação, ou solicitação de autorização, ao MEC, quanto à criação do curso.	Não instituição ou falha nos procedimentos de notificação ou solicitação de autorização, pelo departamento responsável pela criação ou expansão de cursos; falhas de fluxo processual e de comunicação interna.	Atraso ou não fornecimento do diploma, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio
R50	Infraestrutura física para uso presencial ociosa.	Desinteresse de novos alunos no ingresso do curso; mal dimensionamento de espaço; gestão deficitária da coisa pública; deficiência nas políticas de divulgação e promoção dos cursos ofertados.	Elevação do custo por aluno.	10	5	50	Alto
R51	Custo por aluno nas IFES Públicas maior em relação às suas congêneres Privadas.	Distorção da autonomia universitária que de alguma forma permite: o “excesso” de docentes em determinadas disciplinas por vezes “ultrapassadas”; o subaproveitamento dos docentes; o planejamento e a distribuição de carga horária contaminada por corporativismo, personalismo e disputa entre os diversos departamentos de uma IFE; custos agregados decorrentes da administração pública como inativos, excesso de burocracia; política de assistência estudantil; investimento em pesquisa e extensão; localidades pouco atrativas.	Redução da Relação Aluno Docente (RAP), resultando em ineficiência no ensino, em decorrência da deficiência na alocação da força de trabalho docente.	8	5	40	Alto
R52	Exceder o custo da atividade orçada inicialmente.	Deficiência do planejamento dos gastos e do monitoramento da execução orçamentária.	Redução da qualidade no ensino ofertado; elevação do custo do ensino ofertado.	8	5	40	Alto
R53	Dificuldade de articulação do gestor para proposição de seu orçamento na LOA.	Baixa capacidade institucional de gestão orçamentária e financeira; assimetria de informações sobre necessidade de financiamento discricionário e obrigatório; pouca articulação política.	Eventual orçamento inadequado/insuficiente para o atingimento das metas estabelecidas para o exercício.	8	2	16	Médio

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R54	Aquisições de bens e serviços com vícios que possam resultar em superfaturamento, sobrepreço, baixa qualidade, falta ou excesso de quantitativos.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; ação intencional do agente responsável por má fé.	Comprometimento da governança da instituição, da execução orçamentária e oneração dos custos dos bens e serviços contratados; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos públicos.	8	5	40	Alto
R55	Limitação de participantes dos processos licitatórios, levando ao cerceamento ou direcionamento do fornecedor.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; exigências além do previsto nas normas; ação intencional do agente responsável por má fé.	Facilitação de conluio; licitação deserta; custo administrativo; riscos à imagem institucional; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos financeiros.	8	2	16	Médio
R56	Uso de cota BPEQ para finalidade não alinhada a estratégia e necessidade da gestão.	Ausência de hierarquização de objetivos e prioridades para graduação; demasiada influência interna para seleção de docentes. (direcionamento/imposição de grupos de interesse).	Diminuição do fluxo de ingressos de docentes (queda da relação ingresso/desligamento-aposentadoria); possibilidade de distorção do projeto pedagógico (aumento do custo de aluno equivalente); eventual comprometimento de curso.	5	2	10	Médio
R57	Desatualização tecnológica e didática para ensino híbrido.	Corporativismo entre docentes que não são favoráveis ao modelo; falta de investimento para infraestrutura de ensino híbrido; dificuldade de adaptação dos envolvidos; ausência de capacitação do docente.	Queda no fluxos de inscritos (vestibular) e ingressos (perda de alunos para concorrência); queda na reputação e na capacidade de expansão de oferta; retenção e evasão de alunos por desmotivação do ensino recebido.	8	5	40	Alto
R58	Desatualização/inadequação do acervo bibliográfico (bibliotecas, acervos digitais, assinaturas e bases acadêmicas).	Despriorização na atualização e expansão do acervo e plataformas de acesso; falta de critério objetivo na escolha da priorização para atualização do acervo, privilegiando determinados cursos em detrimento de outros; insuficiência dos recursos de acessibilidade.	Queda na qualidade da formação do corpo discente e docente; geração de obstáculo para a acessibilidade.	8	5	40	Alto

Matriz de Riscos Graduação--CAMPUS AGRÍCOLA PORTO GRANDE

R59	Paralisação parcial ou total das atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU; greves (transporte, segurança); fatores externos (surtos, pandemias e epidemias; desastres da natureza; energia; internet);	Atraso no cronograma escolar; prejuízo ao processo de cognição do aluno; evasão.	1	5	5	Baixo
R6	Lacuna de docentes para disciplinas.	Ineficiência alocativa de docentes; carência na contratação de professor titular e substituto; excesso de afastamentos de docentes; gestão deficitária de uso dos pontos de BPEQ; rotatividade de servidores em função de outros concursos; e preferência da execução de atividades extra classe (pesquisa e extensão) em detrimento da atividade em sala de aula.	Aumento no tempo de conclusão do curso ou prejuízo ao conteúdo estipulado na proposta curricular.	8	5	40	Alto
R7	Alocação assimétrica de docentes efetivos nos departamentos.	Ineficiência alocativa de docentes, considerando a gestão de uso dos pontos de BPEQ; pressão interna de grupos de interesse.	Comprometimento do desempenho nos departamentos.	5	5	25	Médio
R8	Oferta de cursos com excessiva alocação de professores substitutos e/ou temporário.	Excesso de afastamentos de docentes sem estudo prévio ou critérios; necessidade de adequação/atualização curricular desacompanhadas da necessária especialização do efetivo, gerando a demanda por um especialista temporário.	Volatilidade na manutenção dos cursos/disciplinas; rotatividade de professores; aumento de custos; insatisfação dos alunos; eventual descontinuidade de projetos específicos; eventual comprometimento no ensino.	5	5	25	Médio
R9	Alocação excessiva de docentes para disciplinas com baixa demanda (especialmente nas optativas).	A necessidade normativa de alocar carga horária mínima em sala de aula para docente.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso.	8	2	16	Médio

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

Risco da Rede		Causa	Consequência	Risco Inerente			
Cód.	Descrição	Descrição	Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
R1	Descompasso entre a grade curricular do curso e as necessidades das partes interessadas no aproveitamento do formando.	Interferência política (causa exógena/externa); e tanto a autonomia departamental como a deficiência no mapeamento das potencialidades de absorção dos formandos pelas partes interessadas (academia, mercado de trabalho, meio empresarial, etc) (causa endógena/interna).	Baixo nível de absorção dos formandos, queda na classificação do curso/IFE perante o MEC, e consequente desperdício de recursos aplicados.	5	5	25	Médio
R10	Atraso no cronograma de aulas.	Decorrente de paralizações de colaboradores; falta de repasse de recursos para manutenção da infraestrutura; planejamento deficitário; situações externas a Instituição, entre outras.	Impacta diretamente nas atividades e no desempenho institucional, além disso, pode afetar a motivação dos professores e dos alunos, provocando baixo rendimento e possível evasão escolar.	8	8	64	Alto
R11	Descumprimento do prazo estipulado para emissão do diploma.	Planejamento falho no cronograma e/ou excesso de burocracia na reitoria; morosidade no processo; ausência de fluxo para a emissão dos diplomas (ordem cronológica e de prioridades); atraso na publicação das notas pelo docente.	Eventual dificuldade de inserção no mercado de trabalho, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	5	2	10	Médio
R12	Fraude ou erro na emissão de diplomas.	Não adesão ao Projeto Diploma Digital; ausência de plataforma unificada de depósito de TCC; ausência ou insuficiência de procedimento mapeado com etapas de revisão que garantam a integridade no registro acadêmico; fragilidade na guarda do papel destinado à impressão; ação intencional do agente responsável por má fé.	Diplomação decorrente de trabalhos plagiados, parcial ou integralmente; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R13	Não reconhecimento/renovação de cursos de graduação e/ou não credenciamento/recredenciamento de instituições de ensino superior.	Avaliação Externa in loco insatisfatória decorrente de projetos de cursos mal planejados; ausência de acompanhamento de mudanças de cenário, entre outros.	Interrupção do cursos; não diplomação de alunos; insatisfação da comunidade acadêmica; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio
R15	Programa de Estágio com baixo valor agregado.	Falhas em editais internos; ausência de processo estruturado para concessão de estágio; falha na seleção dos ofertantes; supervisão/acompanhamento acadêmico ineficiente.	Comprometimento da experiência prática na formação do aluno.	8	5	40	Alto
R16	Não absorção das políticas do MEC no Planejamento das IFES.	Falta de aderência do planejamento das IFES em relação às políticas do MEC; entendimento de que a autonomia universitária não obriga as IFES a seguirem as diretrizes do MEC; falta de clareza das diretrizes que instituição deve seguir.	Não atingimento das metas e objetivos estabelecidos pelo MEC.	8	5	40	Alto
R17	Baixa qualidade de informação e comunicação interna sobre causalidade da evasão.	Falha na identificação e no registro da causa do trancamento da matrícula e no abandono do curso; não comunicação ou comunicação intempestiva ao setor responsável pela assistência ao aluno; sistema de gestão acadêmica não fornece informações de qualidade.	Incapacidade de construir ou gerir ações efetivas para minimizar os impactos da evasão e combater as causas; avaliação institucional insatisfatória.	10	8	80	Extremo
R18	Baixa reputação da instituição perante as partes interessadas no aproveitamento do formando.	A proposta curricular do curso não atende às expectativas dos usuários; (baixo conceito, descompasso com a demanda; baixa qualificação da formação).	Baixa absorção de egressos; não atendimento à expectativa dos usuários; aumento dos índices de evasão; danos à imagem institucional.	8	2	16	Médio

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R19	Aumento da evasão e/ou permanência (retenção).	Ineficácia das ações afirmativas; falhas no acompanhamento psicopedagógico; demanda de alunos acima da capacidade de atendimento da Assistência Estudantil; não adaptação do aluno ao curso ou ambiente acadêmico; acolhimento falho dos ingressantes, seja por ausência de profissionais ou de metodologia adequada; problemas de aprendizagem; insegurança do aluno em relação a sua absorção no mercado de trabalho, necessidade de acessar o mercado trabalho antes de concluir a formação.	Contribui para o não atingimento das metas; impacto no custo variável por aluno; eventual descontinuidade do curso por ausência de quórum de alunos.	10	8	80	Extremo
R20	Redundância de oferta de cursos entre as IES públicas, em regiões próximas (ou mesma área de abrangência), num cenário de financiadores reduzidos.	Ausência de política conjunta de criação e expansão de vagas, tanto entre IFES de uma mesma região, quanto IFES e Redes estadual e municipal; Interferência política na escolha dos cursos a serem implementados.	Não otimização de recursos para atender de modo eficiente a demanda do aluno; ociosidade de estrutura física; baixa absorção dos egressos, em virtude da elevada oferta de profissionais.	5	5	25	Médio
R21	Redução da qualidade do ensino ofertado pelas IFES em decorrência da garantia da oferta gratuita.	Greve, falta de professores e técnicos-administrativos, projeto pedagógico desatualizado, infraestrutura precária, inclusive em relação à acessibilidade.	Queda de ingressantes; queda na taxa de permanência com êxito; baixo conceito na avaliação MEC; diminuição da vantagem competitiva das Instituições Públicas.	8	2	16	Médio
R22	Desconhecimento do alcance dos propósitos definidos na proposta de valor da graduação das IFES (mobilidade social, empreendedorismo, empregabilidade, dentre outros).	Ausência de cultura no ambiente acadêmico de acompanhar a trajetória do egresso; ausência de avaliações internas.	Falta de insumos para eventual correção na oferta de cursos ou alteração dos projetos pedagógicos para a maior eficácia no alcance dos propósitos.	8	8	64	Alto
R23	Queda no conceito final da nota da instituição no SINAES.	Queda na avaliação institucional (governança, infraestrutura e corpo docente); queda na avaliação dos alunos no ENADE; baixa qualidade de cursos no CPC; eventual avaliação incorreta dos cursos por parte dos avaliadores do INEP.	Diminuição da credibilidade perante a comunidade acadêmica e a sociedade; diminuição de acesso a recursos discricionários.	8	2	16	Médio

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R24	Redução do acesso a recursos em virtude da piora de indicadores.	Diminuição do indicador de eficiência e qualidade, cujo o principal parâmetro utilizado é “aluno equivalente”; queda da participação nos resultados da Rede Federal - MOCC e demais matrizes.	Piora qualitativa e quantitativa do ensino ofertado.	8	5	40	Alto
R25	Baixa qualidade dos resultados alcançados. (formação dos alunos, reputação institucional e notas de avaliações)	Ausência ou insuficiência de indicadores e metas de desempenho; indicadores e metas não monitorados.	Aumento da evasão, aumento de vagas ociosas, redução do conceito na avaliação MEC.	8	5	40	Alto
R26	Ausência de produção acadêmica e sua publicação em plataformas especializadas.	Baixo incentivo/estímulo, por parte dos professores para com os alunos, em fomentar a produção acadêmica; baixa qualidade de cursos ofertados resultando em produção acadêmica de baixa qualidade; carência de recursos financeiros destinados à publicação.	Não aproveitamento da produção acadêmica pela comunidade; impacto nas avaliações de desempenho e de conceitos da instituição.	8	5	40	Alto
R27	Adoção de estratégias e práticas insuficientes ou equivocadas na gestão da política de assistência estudantil.	Política Nacional desarticulada com as IFES; complexa em função das diversas ofertas; limitante em função de critérios e valores financeiros desatualizados; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; insuficiência de pessoal dedicado e sistemas.	Queda de ingressantes; aumento da evasão e da retenção; desperdício de recursos financeiros em função do não alcance dos resultados pretendidos; redução dos indicadores de desempenho.	10	5	50	Alto
R28	Concessão de benefícios no âmbito da política de assistência estudantil a estudantes com perfis fora dos critérios elegíveis.	Desconhecimento por alunos prioritários dos benefícios oferecidos por falhas na política de comunicação em momento prévio e posterior ao ingresso, assim como concessões intencionais de benefícios a estudantes de perfis fora dos critérios; insuficiência de instrumentos para a identificação dos alunos elegíveis aos benefícios; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; dificuldade de alunos estrangeiros na apresentação de documentos comprobatórios.	Queda no desempenho/resultados dos cursos; e aumento da evasão; desperdício de recursos financeiros; danos à imagem da instituição.	8	5	40	Alto

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R29	Dificuldade ou inviabilização da participação de estudantes de vulnerabilidade socioeconômica nas atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU de programas específicos de assistência estudantil; fragilidade no planejamento da proposta orçamentária anual da Instituição.	Possível evasão ou retenção; insatisfação do aluno ; prejuízo ao processo de cognição do aluno.	10	8	80	Extremo
R3	Descontinuidade de cursos	Baixa capacidade de planejamento e gestão, com ausência de indicadores e metas; ausência de suporte orçamentário para a sua manutenção a médio e longo prazo.	Fluxo de ingresso de alunos insuficiente para manutenção de matrículas, inviabilizando a continuidade do curso; comprometimento da matriz orçamentária; desperdício de recursos públicos; prejuízos à imagem institucional (incluindo o baixo conceito na avaliação MEC) .	10	2	20	Médio
R30	Dificuldade de acesso ao ensino superior por barreira socio-econômica.	Elitização do ENEM (encarecimento da taxa de inscrição e diminuição do número de isenções); corte nos recursos do programa.	Aumento da marginalização de potenciais ingressantes hiposuficientes; geração de obstáculo para a mobilidade social; estagnação dos indicadores socioeconômicos.	8	5	40	Alto
R31	Despriorização orçamentária direcionada ao ensino tecnológico (RFEPCT).	Não priorização do ensino tecnológico em virtude das mudanças na política de educação.	Dependência de outras fontes de recursos, tais como emendas parlamentares, incremento em parcerias com agências de fomento, setor produtivo e demais instituições que apoiem a política pública em questão.	10	10	100	Extremo
R32	Inadequação dos critérios utilizados na avaliação SINAES podendo, eventualmente, enviesar os conceitos recebidos pelas Instituições.	Ausência de revisões sistemáticas e periódicas dos critérios utilizados na avaliação; eventual critério demasiadamente amplo ou reducionista.	Percepção errônea quanto ao nível de qualidade do curso (por exemplo, determinado curso que teria conceito 3 e não 5 dado um critério que privilegiou elementos que não contribuem para a formação profissional em detrimento de outros mais relevantes; distribuição equivocada dos recursos públicos.	8	5	40	Alto

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R33	Indefinição no estabelecimento de atribuições e competências para a gestão das atividades de graduação	Decorre de regimentos internos falhos; ausência de mapeamentos de processos, nos quais são identificadas as competências e instâncias de controle; ausência de modelo de governança da área de graduação.	Ineficiência na resolução de demandas identificadas; ausência de responsabilização por eventuais danos à instituição; perdas de prazos de atividades essenciais.	8	5	40	Alto
R34	Fragilidade das informações gerenciais para a tomada de decisões.	Baixa governança institucional com não priorização na construção e atualização de banco de dados; ausência ou inadequação de indicadores; baixa cultura institucional no registro e confiabilidade dos dados.	Tomada de decisão equivocada, sem aproveitamento de históricos e demais subsídios que poderiam trazer as informações de boa qualidade.	8	8	64	Alto
R35	Insuficiência ou inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica para o desenvolvimento das atividades da Graduação.	Falta de recurso ou gestão deficitária do gasto.	Baixa atratividade do curso; comprometimento do nível de satisfação com o curso; redução do conceito na avaliação MEC.	10	8	80	Extremo
R36	Ameaça externa a segurança e a integridade dos dados armazenados na Instituição.	Falta de investimento em segurança da informação; governança deficitária; falta de capacitação e cultura organizacional para o tema; não punição dos acessos imotivados de servidores da Instituição que vazem dados sensíveis; inexistência de inclusão de requisitos nos processos das Instituições que atendam a LGPD.	Acesso a dados sigilosos; uso de informações para prática de fraude; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais; infração à LGPD.	8	5	40	Alto
R37	Falhas na segurança física das pessoas.	Ausência de gestão dos riscos; ausência de contemplação do item segurança na avaliação dos riscos; contingenciamento orçamentário; fragilidade no dimensionamento dos contratos de vigilância e portaria.	Danos à integridade física das pessoas; prejuízos a imagem; ações judiciais; compromete o nível de satisfação com o curso e com a instituição.	10	10	100	Extremo

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R38	Escolha de perfil inadequado para cargos de direção.	Falta de regulamentação interna dos critérios para as escolhas dos cargos diretivos; influência interna ou externa na escolha.	Tomadas de decisão equivocadas; gestor mais suscetível aos interesses internos e externos que os institucionais; descrédito na liderança; baixa motivação dos servidores em virtude da ausência de oportunidades de ocupar cargos/funções de liderança; danos à imagem.	8	5	40	Alto
R39	Tomada de decisão em inobservância do interesse público.	Captura institucional por grupos de influência interna (docentes, pesquisadores, lideranças internas) e externa (stakeholders); fragilidade das ouvidorias e sistemas de correição com vistas a identificar tais desvios.	Atendimento de pleitos internos e de terceiros dissociados do interesse institucional; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	5	40	Alto
R40	Baixa percepção de integridade institucional pelos diversos stakeholders.	Nível de governança reduzido pela ausência de implementação de controles; gestão de risco e integridade; baixa assimilação dos temas sobre integridade e gerenciamento de risco na cultura organizacional.	Dano à imagem institucional; prejuízo financeiro; baixo índice no clima organizacional; ambiente propício a desvios de conduta.	8	5	40	Alto
R41	Clima organizacional que propicia a geração de conflitos.	Falhas nas políticas responsáveis por criar um ambiente de satisfação; corporativismo.	Impacta o nível de satisfação entre: aluno-professor; colaboradores; entre alunos.	8	5	40	Alto
R42	Responsabilização Institucional em relação ao descumprimento da Agenda ESG.	Falta de política de integridade; Estratégica ineficiente do desenvolvimento da Agenda ESG; insuficiência de capacitação acerca do tema.	Prejuízos a imagem; possibilidade de judicialização; compromete o nível de relacionamento com parceiros e stakeholders; eventual exclusão da Instituição de programas de fomentos por descumprimento da agenda ESG.	5	5	25	Médio
R43	Falta de transparência ativa e passiva nos processos de competência das IFES.	Baixa governança na accountability; supressão intencional de informações; deficiência na gestão e publicação das informações; ausência do plano de dados abertos e classificação de dados sigilosos.	Dificuldade da sociedade de exercer sua prerrogativa de controle social; criação de ambiente propício ao desvio dos objetivos institucionais; danos à imagem institucional; aumento de processos administrativos em virtude da negativa de informações.	8	8	64	Alto

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R45	Processos seletivos falhos e pouco transparentes para contratação de docentes.	Corporativismo entre docentes; interesse pessoal no profissional a ser contratado; demasiada influência interna para seleção de docentes; ausência de regulamento geral sobre concursos e seleções; deficiência na elaboração e divulgação dos Editais.	Conflito de interesse em desfavor da instituição; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de judicialização dos processos seletivos.	8	8	64	Alto
R46	Falta frequente de docente.	Docente prioriza projetos de pesquisa ou atividades de extensão em detrimento a sala de aula; desenvolve atividades externas no horário de trabalho; controles de gestão deficitários em relação assiduidade e produtividade; ausência de desconto em folha de pagamento.	Insatisfação e prejuízos dos alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos (piora do ensino); redução dos indicadores acadêmicos.	8	5	40	Alto
R47	Desmotivação dos docentes na condução da proposta educacional.	Cultura institucional não privilegia a ampla participação do corpo docente na definição da proposta educacional; clima organizacional não motiva os docentes a contribuir para as melhorias.	Insatisfação de alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos em virtude de problemas de saúde, entre outros.	8	8	64	Alto
R48	Ausência de mão obra especializada/qualificada no quadro de servidores.	Não priorização de capacitação dos servidores; alocação de servidores sem as habilidades necessárias para a ocupação da função; inexistência de mapeamento das competências; rotatividade de servidores em virtude da baixa atratividade da carreira, dificultando o acúmulo de conhecimento.	Dependência de serviços de terceiros para realização de atividades de alta especialização; eventual limitação de participação institucional em determinadas iniciativas que dependam da especialização; danos na qualidade dos serviços prestados.	10	5	50	Alto
R49	Excesso de alocação de recursos (infraestrutura e docente) nos cursos com baixa atratividade e/ou permanência com êxito.	Falhas no planejamento e acompanhamento pedagógicos, em especial na gestão das vagas ociosas, em função do seu não preenchimento ou em decorrência da evasão; priorização na alocação de recursos para determinados cursos sem critérios objetivos.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso; redução dos indicadores de gestão e desempenho das IFES; desperdício de recursos.	8	2	16	Médio
R5	Comprometimento da emissão dos diplomas concedidos aos formandos, devido à intempestividade da IFES na notificação, ou solicitação de autorização, ao MEC, quanto à criação do curso.	Não instituição ou falha nos procedimentos de notificação ou solicitação de autorização, pelo departamento responsável pela criação ou expansão de cursos; falhas de fluxo processual e de comunicação interna.	Atraso ou não fornecimento do diploma, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R50	Infraestrutura física para uso presencial ociosa.	Desinteresse de novos alunos no ingresso do curso; mal dimensionamento de espaço; gestão deficitária da coisa pública; deficiência nas políticas de divulgação e promoção dos cursos ofertados.	Elevação do custo por aluno.	10	1	10	Médio
R51	Custo por aluno nas IFES Públicas maior em relação às suas congêneres Privadas.	Distorção da autonomia universitária que de alguma forma permite: o “excesso” de docentes em determinadas disciplinas por vezes “ultrapassadas”; o subaproveitamento dos docentes; o planejamento e a distribuição de carga horária contaminada por corporativismo, personalismo e disputa entre os diversos departamentos de uma IFE; custos agregados decorrentes da administração pública como inativos, excesso de burocracia; política de assistência estudantil; investimento em pesquisa e extensão; localidades pouco atrativas.	Redução da Relação Aluno Docente (RAP), resultando em ineficiência no ensino, em decorrência da deficiência na alocação da força de trabalho docente.	2	1	2	Baixo
R52	Exceder o custo da atividade orçada inicialmente.	Deficiência do planejamento dos gastos e do monitoramento da execução orçamentária.	Redução da qualidade no ensino ofertado; elevação do custo do ensino ofertado.	8	8	64	Alto
R53	Dificuldade de articulação do gestor para proposição de seu orçamento na LOA.	Baixa capacidade institucional de gestão orçamentária e financeira; assimetria de informações sobre necessidade de financiamento discricionário e obrigatório; pouca articulação política.	Eventual orçamento inadequado/insuficiente para o atingimento das metas estabelecidas para o exercício.	8	2	16	Médio
R54	Aquisições de bens e serviços com vícios que possam resultar em superfaturamento, sobrepreço, baixa qualidade, falta ou excesso de quantitativos.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; ação intencional do agente responsável por má fé.	Comprometimento da governança da instituição, da execução orçamentária e oneração dos custos dos bens e serviços contratados; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos públicos.	8	8	64	Alto
R55	Limitação de participantes dos processos licitatórios, levando ao cerceamento ou direcionamento do fornecedor.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; exigências além do previsto nas normas; ação intencional do agente responsável por má fé.	Facilitação de conluio; licitação deserta; custo administrativo; riscos à imagem institucional; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos financeiros.	8	2	16	Médio

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R56	Uso de cota BPEQ para finalidade não alinhada a estratégia e necessidade da gestão.	Ausência de hierarquização de objetivos e prioridades para graduação; demasiada influência interna para seleção de docentes. (direcionamento/imposição de grupos de interesse).	Diminuição do fluxo de ingressos de docentes (queda da relação ingresso/desligamento-aposentadoria); possibilidade de distorção do projeto pedagógico (aumento do custo de aluno equivalente); eventual comprometimento de curso.	5	2	10	Médio
R57	Desatualização tecnológica e didática para ensino híbrido.	Corporativismo entre docentes que não são favoráveis ao modelo; falta de investimento para infraestrutura de ensino híbrido; dificuldade de adaptação dos envolvidos; ausência de capacitação do docente.	Queda no fluxos de inscritos (vestibular) e ingressos (perda de alunos para concorrência); queda na reputação e na capacidade de expansão de oferta; retenção e evasão de alunos por desmotivação do ensino recebido.	10	10	100	Extremo
R58	Desatualização/inadequação do acervo bibliográfico (bibliotecas, acervos digitais, assinaturas e bases acadêmicas).	Despriorização na atualização e expansão do acervo e plataformas de acesso; falta de critério objetivo na escolha da priorização para atualização do acervo, privilegiando determinados cursos em detrimento de outros; insuficiência dos recursos de acessibilidade.	Queda na qualidade da formação do corpo discente e docente; geração de obstáculo para a acessibilidade.	8	5	40	Alto
R59	Paralisação parcial ou total das atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU; greves (transporte, segurança); fatores externos (surtos, pandemias e epidemias; desastres da natureza; energia; internet);	Atraso no cronograma escolar; prejuízo ao processo de cognição do aluno; evasão.	10	8	80	Extremo
R6	Lacuna de docentes para disciplinas.	Ineficiência alocativa de docentes; carência na contratação de professor titular e substituto; excesso de afastamentos de docentes; gestão deficitária de uso dos pontos de BPEQ; rotatividade de servidores em função de outros concursos; e preferência da execução de atividades extra classe (pesquisa e extensão) em detrimento da atividade em sala de aula.	Aumento no tempo de conclusão do curso ou prejuízo ao conteúdo estipulado na proposta curricular.	8	5	40	Alto

Macapá - Matriz de Riscos Graduação

R7	Alocação assimétrica de docentes efetivos nos departamentos.	Ineficiência alocativa de docentes, considerando a gestão de uso dos pontos de BPEQ; pressão interna de grupos de interesse.	Comprometimento do desempenho nos departamentos.	5	2	10	Médio
R8	Oferta de cursos com excessiva alocação de professores substitutos e/ou temporário.	Excesso de afastamentos de docentes sem estudo prévio ou critérios; necessidade de adequação/atualização curricular desacompanhadas da necessária especialização do efetivo, gerando a demanda por um especialista temporário.	Volatilidade na manutenção dos cursos/disciplinas; rotatividade de professores; aumento de custos; insatisfação dos alunos; eventual descontinuidade de projetos específicos; eventual comprometimento no ensino.	5	5	25	Médio
R9	Alocação excessiva de docentes para disciplinas com baixa demanda (especialmente nas optativas).	A necessidade normativa de alocar carga horária mínima em sala de aula para docente.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso.	8	2	16	Médio

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

Risco da Rede		Causa	Consequência	Risco Inerente			
Cód.	Descrição	Descrição	Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
R1	Descompasso entre a grade curricular do curso e as necessidades das partes interessadas no aproveitamento do formando.	Interferência política (causa exógena/externa); e tanto a autonomia departamental como a deficiência no mapeamento das potencialidades de absorção dos formandos pelas partes interessadas (academia, mercado de trabalho, meio empresarial, etc) (causa endógena/interna).	Baixo nível de absorção dos formandos, queda na classificação do curso/IFE perante o MEC, e consequente desperdício de recursos aplicados.	10	2	20	Médio
R10	Atraso no cronograma de aulas.	Decorrente de paralizações de colaboradores; falta de repasse de recursos para manutenção da infraestrutura; planejamento deficitário; situações externas a Instituição, entre outras.	Impacta diretamente nas atividades e no desempenho institucional, além disso, pode afetar a motivação dos professores e dos alunos, provocando baixo rendimento e possível evasão escolar.	8	5	40	Alto
R11	Descumprimento do prazo estipulado para emissão do diploma.	Planejamento falho no cronograma e/ou excesso de burocracia na reitoria; morosidade no processo; ausência de fluxo para a emissão dos diplomas (ordem cronológica e de prioridades); atraso na publicação das notas pelo docente.	Eventual dificuldade de inserção no mercado de trabalho, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R12	Fraude ou erro na emissão de diplomas.	Não adesão ao Projeto Diploma Digital; ausência de plataforma unificada de depósito de TCC; ausência ou insuficiência de procedimento mapeado com etapas de revisão que garantam a integridade no registro acadêmico; fragilidade na guarda do papel destinado à impressão; ação intencional do agente responsável por má fé.	Diplomação decorrente de trabalhos plagiados, parcial ou integralmente; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	1	8	Baixo
R13	Não reconhecimento/renovação de cursos de graduação e/ou não credenciamento/recredenciamento de instituições de ensino superior.	Avaliação Externa in loco insatisfatória decorrente de projetos de cursos mal planejados; ausência de acompanhamento de mudanças de cenário, entre outros.	Interrupção do cursos; não diplomação de alunos; insatisfação da comunidade acadêmica; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	1	8	Baixo
R15	Programa de Estágio com baixo valor agregado.	Falhas em editais internos; ausência de processo estruturado para concessão de estágio; falha na seleção dos ofertantes; supervisão/acompanhamento acadêmico ineficiente.	Comprometimento da experiência prática na formação do aluno.	8	5	40	Alto
R16	Não absorção das políticas do MEC no Planejamento das IFES.	Falta de aderência do planejamento das IFES em relação às políticas do MEC; entendimento de que a autonomia universitária não obriga as IFES a seguirem as diretrizes do MEC; falta de clareza das diretrizes que instituição deve seguir.	Não atingimento das metas e objetivos estabelecidos pelo MEC.	8	1	8	Baixo

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R17	Baixa qualidade de informação e comunicação interna sobre causalidade da evasão.	Falha na identificação e no registro da causa do trancamento da matrícula e no abandono do curso; não comunicação ou comunicação intempestiva ao setor responsável pela assistência ao aluno; sistema de gestão acadêmica não fornece informações de qualidade.	Incapacidade de construir ou gerir ações efetivas para minimizar os impactos da evasão e combater as causas; avaliação institucional insatisfatória.	8	8	64	Alto
R18	Baixa reputação da instituição perante as partes interessadas no aproveitamento do formando.	A proposta curricular do curso não atende às expectativas dos usuários; (baixo conceito, descompasso com a demanda; baixa qualificação da formação).	Baixa absorção de egressos; não atendimento à expectativa dos usuários; aumento dos índices de evasão; danos à imagem institucional.	8	2	16	Médio
R19	Aumento da evasão e/ou permanência (retenção).	Ineficácia das ações afirmativas; falhas no acompanhamento psicopedagógico; demanda de alunos acima da capacidade de atendimento da Assistência Estudantil; não adaptação do aluno ao curso ou ambiente acadêmico; acolhimento falho dos ingressantes, seja por ausência de profissionais ou de metodologia adequada; problemas de aprendizagem; insegurança do aluno em relação a sua absorção no mercado de trabalho, necessidade de acessar o mercado trabalho antes de concluir a formação.	Contribui para o não atingimento das metas; impacto no custo variável por aluno; eventual descontinuidade do curso por ausência de quórum de alunos.	8	5	40	Alto
R20	Redundância de oferta de cursos entre as IES públicas, em regiões próximas (ou mesma área de abrangência), num cenário de financiadores reduzidos.	Ausência de política conjunta de criação e expansão de vagas, tanto entre IFES de uma mesma região, quanto IFES e Redes estadual e municipal; Interferência política na escolha dos cursos a serem implementados.	Não otimização de recursos para atender de modo eficiente a demanda do aluno; ociosidade de estrutura física; baixa absorção dos egressos, em virtude da elevada oferta de profissionais.	5	1	5	Baixo
R21	Redução da qualidade do ensino ofertado pelas IFES em decorrência da garantia da oferta gratuita.	Greve, falta de professores e técnicos-administrativos, projeto pedagógico desatualizado, infraestrutura precária, inclusive em relação à acessibilidade.	Queda de ingressantes; queda na taxa de permanência com êxito; baixo conceito na avaliação MEC; diminuição	8	5	40	Alto

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

			da vantagem competitiva das Instituições Públicas.				
R22	Desconhecimento do alcance dos propósitos definidos na proposta de valor da graduação das IFES (mobilidade social, empreendedorismo, empregabilidade, dentre outros).	Ausência de cultura no ambiente acadêmico de acompanhar a trajetória do egresso; ausência de avaliações internas.	Falta de insumos para eventual correção na oferta de cursos ou alteração dos projetos pedagógicos para a maior eficácia no alcance dos propósitos.	5	5	25	Médio
R23	Queda no conceito final da nota da instituição no SINAES.	Queda na avaliação institucional (governança, infraestrutura e corpo docente); queda na avaliação dos alunos no ENADE; baixa qualidade de cursos no CPC; eventual avaliação incorreta dos cursos por parte dos avaliadores do INEP.	Diminuição da credibilidade perante a comunidade acadêmica e a sociedade; diminuição de acesso a recursos discricionários.	8	2	16	Médio
R24	Redução do acesso a recursos em virtude da piora de indicadores.	Diminuição do indicador de eficiência e qualidade, cujo o principal parâmetro utilizado é “aluno equivalente”; queda da participação nos resultados da Rede Federal - MOCC e demais matrizes.	Piora qualitativa e quantitativa do ensino ofertado.	8	1	8	Baixo
R25	Baixa qualidade dos resultados alcançados. (formação dos alunos, reputação institucional e notas de avaliações)	Ausência ou insuficiência de indicadores e metas de desempenho; indicadores e metas não monitorados.	Aumento da evasão, aumento de vagas ociosas, redução do conceito na avaliação MEC.	8	5	40	Alto
R26	Ausência de produção acadêmica e sua publicação em plataformas especializadas.	Baixo incentivo/estímulo, por parte dos professores para com os alunos, em fomentar a produção acadêmica; baixa qualidade de cursos ofertados resultando em produção acadêmica de baixa qualidade; carência de recursos financeiros destinados à publicação.	Não aproveitamento da produção acadêmica pela comunidade; impacto nas avaliações de desempenho e de conceitos da instituição.	8	2	16	Médio

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R27	Adoção de estratégias e práticas insuficientes ou equivocadas na gestão da política de assistência estudantil.	Política Nacional desarticulada com as IFES; complexa em função das diversas ofertas; limitante em função de critérios e valores financeiros desatualizados; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; insuficiência de pessoal dedicado e sistemas.	Queda de ingressantes; aumento da evasão e da retenção; desperdício de recursos financeiros em função do não alcance dos resultados pretendidos; redução dos indicadores de desempenho.	10	8	80	Extremo
R28	Concessão de benefícios no âmbito da política de assistência estudantil a estudantes com perfis fora dos critérios elegíveis.	Desconhecimento por alunos prioritários dos benefícios oferecidos por falhas na política de comunicação em momento prévio e posterior ao ingresso, assim como concessões intencionais de benefícios a estudantes de perfis fora dos critérios; insuficiência de instrumentos para a identificação dos alunos elegíveis aos benefícios; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; dificuldade de alunos estrangeiros na apresentação de documentos comprobatórios.	Queda no desempenho/resultados dos cursos; e aumento da evasão; desperdício de recursos financeiros; danos à imagem da instituição.	8	1	8	Baixo
R29	Dificuldade ou inviabilização da participação de estudantes de vulnerabilidade socioeconômica nas atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU de programas específicos de assistência estudantil; fragilidade no planejamento da proposta orçamentária anual da Instituição.	Possível evasão ou retenção; insatisfação do aluno ; prejuízo ao processo de cognição do aluno.	8	2	16	Médio
R3	Descontinuidade de cursos	Baixa capacidade de planejamento e gestão, com ausência de indicadores e metas; ausência de suporte orçamentário para a sua manutenção a médio e longo prazo.	Fluxo de ingresso de alunos insuficiente para manutenção de matrículas, inviabilizando a continuidade do curso; comprometimento da matriz orçamentária; desperdício de recursos públicos; prejuízos à imagem institucional (incluindo o baixo conceito na avaliação MEC) .	8	1	8	Baixo

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R30	Dificuldade de acesso ao ensino superior por barreira socio-econômica.	Elitização do ENEM (encarecimento da taxa de inscrição e diminuição do número de isenções); corte nos recursos do programa.	Aumento da marginalização de potenciais ingressantes hiposuficientes; geração de obstáculo para a mobilidade social; estagnação dos indicadores socioeconômicos.	8	1	8	Baixo
R31	Despriorização orçamentária direcionada ao ensino tecnológico (RFEPCT).	Não priorização do ensino tecnológico em virtude das mudanças na política de educação.	Dependência de outras fontes de recursos, tais como emendas parlamentares, incremento em parcerias com agências de fomento, setor produtivo e demais instituições que apoiem a política pública em questão.	8	8	64	Alto
R32	Inadequação dos critérios utilizados na avaliação SINAES podendo, eventualmente, enviezar os conceitos recebidos pelas Instituições.	Ausência de revisões sistemáticas e periódicas dos critérios utilizados na avaliação; eventual critério demasiadamente amplo ou reducionista.	Percepção errônea quanto ao nível de qualidade do curso (por exemplo, determinado curso que teria conceito 3 e não 5 dado um critério que privilegiou elementos que não contribuem para a formação profissional em detrimento de outros mais relevantes; distribuição equivocada dos recursos públicos.	8	1	8	Baixo
R33	Indefinição no estabelecimento de atribuições e competências para a gestão das atividades de graduação	Decorre de regimentos internos falhos; ausência de mapeamentos de processos, nos quais são identificadas as competências e instâncias de controle; ausência de modelo de governança da área de graduação.	Ineficiência na resolução de demandas identificadas; ausência de responsabilização por eventuais danos à instituição; perdas de prazos de atividades essenciais.	8	5	40	Alto
R34	Fragilidade das informações gerenciais para a tomada de decisões.	Baixa governança institucional com não priorização na construção e atualização de banco de dados; ausência ou inadequação de indicadores; baixa cultura institucional no registro e confiabilidade dos dados.	Tomada de decisão equivocada, sem aproveitamento de históricos e demais subsídios que poderiam trazer as informações de boa qualidade.	10	2	20	Médio

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R35	Insuficiência ou inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica para o desenvolvimento das atividades da Graduação.	Falta de recurso ou gestão deficitária do gasto.	Baixa atratividade do curso; comprometimento do nível de satisfação com o curso; redução do conceito na avaliação MEC.	8	5	40	Alto
R36	Ameaça externa a segurança e a integridade dos dados armazenados na Instituição.	Falta de investimento em segurança da informação; governança deficitária; falta de capacitação e cultura organizacional para o tema; não punição dos acessos imotivados de servidores da Instituição que vazem dados sensíveis; inexistência de inclusão de requisitos nos processos das Instituições que atendam a LGPD.	Acesso a dados sigilosos; uso de informações para prática de fraude; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais; infração à LGPD.	8	5	40	Alto
R37	Falhas na segurança física das pessoas.	Ausência de gestão dos riscos; ausência de contemplação do item segurança na avaliação dos riscos; contingenciamento orçamentário; fragilidade no dimensionamento dos contratos de vigilância e portaria.	Danos à integridade física das pessoas; prejuízos a imagem; ações judiciais; compromete o nível de satisfação com o curso e com a instituição.	8	2	16	Médio
R38	Escolha de perfil inadequado para cargos de direção.	Falta de regulamentação interna dos critérios para as escolhas dos cargos diretivos; influência interna ou externa na escolha.	Tomadas de decisão equivocadas; gestor mais suscetível aos interesses internos e externos que os institucionais; descrédito na liderança; baixa motivação dos servidores em virtude da ausência de oportunidades de ocupar cargos/funções de liderança; danos à imagem.	8	1	8	Baixo
R39	Tomada de decisão em inobservância do interesse público.	Captura institucional por grupos de influência interna (docentes, pesquisadores, lideranças internas) e externa (stakeholders); fragilidade das ouvidorias e sistemas de correição com vistas a identificar tais desvios.	Atendimento de pleitos internos e de terceiros dissociados do interesse institucional; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	1	8	Baixo

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R40	Baixa percepção de integridade institucional pelos diversos stakeholders.	Nível de governança reduzido pela ausência de implementação de controles; gestão de risco e integridade; baixa assimilação dos temas sobre integridade e gerenciamento de risco na cultura organizacional.	Dano à imagem institucional; prejuízo financeiro; baixo índice no clima organizacional; ambiente propício a desvios de conduta.	8	1	8	Baixo
R41	Clima organizacional que propicia a geração de conflitos.	Falhas nas políticas responsáveis por criar um ambiente de satisfação; corporativismo.	Impacta o nível de satisfação entre: aluno-professor; colaboradores; entre alunos.	8	1	8	Baixo
R42	Responsabilização Institucional em relação ao descumprimento da Agenda ESG.	Falta de política de integridade; Estratégica ineficiente do desenvolvimento da Agenda ESG; insuficiência de capacitação acerca do tema.	Prejuízos a imagem; possibilidade de judicialização; compromete o nível de relacionamento com parceiros e stakeholders; eventual exclusão da Instituição de programas de fomentos por descumprimento da agenda ESG.	5	5	25	Médio
R43	Falta de transparência ativa e passiva nos processos de competência das IFES.	Baixa governança na accountability; supressão intencional de informações; deficiência na gestão e publicação das informações; ausência do plano de dados abertos e classificação de dados sigilosos.	Dificuldade da sociedade de exercer sua prerrogativa de controle social; criação de ambiente propício ao desvio dos objetivos institucionais; danos à imagem institucional; aumento de processos administrativos em virtude da negativa de informações.	8	5	40	Alto
R45	Processos seletivos falhos e pouco transparentes para contratação de docentes.	Corporativismo entre docentes; interesse pessoal no profissional a ser contratado; demasiada influência interna para seleção de docentes; ausência de regulamento geral sobre concursos e seleções; deficiência na elaboração e divulgação dos Editais.	Conflito de interesse em desfavor da instituição; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de judicialização dos processos seletivos.	10	2	20	Médio
R46	Falta frequente de docente.	Docente prioriza projetos de pesquisa ou atividades de extensão em detrimento a sala de aula; desenvolve atividades externas no horário de trabalho; controles de gestão deficitários em relação assiduidade e produtividade; ausência de desconto em folha de pagamento.	Insatisfação e prejuízos dos alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos (piora do ensino); redução dos indicadores acadêmicos.	8	5	40	Alto

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R47	Desmotivação dos docentes na condução da proposta educacional.	Cultura institucional não privilegia a ampla participação do corpo docente na definição da proposta educacional; clima organizacional não motiva os docentes a contribuir para as melhorias.	Insatisfação de alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos em virtude de problemas de saúde, entre outros.	8	2	16	Médio
R48	Ausência de mão obra especializada/qualificada no quadro de servidores.	Não priorização de capacitação dos servidores; alocação de servidores sem as habilidades necessárias para a ocupação da função; inexistência de mapeamento das competências; rotatividade de servidores em virtude da baixa atratividade da carreira, dificultando o acúmulo de conhecimento.	Dependência de serviços de terceiros para realização de atividades de alta especialização; eventual limitação de participação institucional em determinadas iniciativas que dependam da especialização; danos na qualidade dos serviços prestados.	10	8	80	Extremo
R49	Excesso de alocação de recursos (infraestrutura e docente) nos cursos com baixa atratividade e/ou permanência com êxito.	Falhas no planejamento e acompanhamento pedagógicos, em especial na gestão das vagas ociosas, em função do seu não preenchimento ou em decorrência da evasão; priorização na alocação de recursos para determinados cursos sem critérios objetivos.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso; redução dos indicadores de gestão e desempenho das IFES; desperdício de recursos.	5	2	10	Médio
R5	Comprometimento da emissão dos diplomas concedidos aos formandos, devido à intempestividade da IFES na notificação, ou solicitação de autorização, ao MEC, quanto à criação do curso.	Não instituição ou falha nos procedimentos de notificação ou solicitação de autorização, pelo departamento responsável pela criação ou expansão de cursos; falhas de fluxo processual e de comunicação interna.	Atraso ou não fornecimento do diploma, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	1	8	Baixo
R50	Infraestrutura física para uso presencial ociosa.	Desinteresse de novos alunos no ingresso do curso; mal dimensionamento de espaço; gestão deficitária da coisa pública; deficiência nas políticas de divulgação e promoção dos cursos ofertados.	Elevação do custo por aluno.	10	5	50	Alto

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R51	Custo por aluno nas IFES Públicas maior em relação às suas congêneres Privadas.	Distorção da autonomia universitária que de alguma forma permite: o “excesso” de docentes em determinadas disciplinas por vezes “ultrapassadas”; o subaproveitamento dos docentes; o planejamento e a distribuição de carga horária contaminada por corporativismo, personalismo e disputa entre os diversos departamentos de uma IFE; custos agregados decorrentes da administração pública como inativos, excesso de burocracia; política de assistência estudantil; investimento em pesquisa e extensão; localidades pouco atrativas.	Redução da Relação Aluno Docente (RAP), resultando em ineficiência no ensino, em decorrência da deficiência na alocação da força de trabalho docente.	5	1	5	Baixo
R52	Exceder o custo da atividade orçada inicialmente.	Deficiência do planejamento dos gastos e do monitoramento da execução orçamentária.	Redução da qualidade no ensino ofertado; elevação do custo do ensino ofertado.	8	5	40	Alto
R53	Dificuldade de articulação do gestor para proposição de seu orçamento na LOA.	Baixa capacidade institucional de gestão orçamentária e financeira; assimetria de informações sobre necessidade de financiamento discricionário e obrigatório; pouca articulação política.	Eventual orçamento inadequado/insuficiente para o atingimento das metas estabelecidas para o exercício.	8	1	8	Baixo
R54	Aquisições de bens e serviços com vícios que possam resultar em superfaturamento, sobrepreço, baixa qualidade, falta ou excesso de quantitativos.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; ação intencional do agente responsável por má fé.	Comprometimento da governança da instituição, da execução orçamentária e oneração dos custos dos bens e serviços contratados; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos públicos.	8	1	8	Baixo
R55	Limitação de participantes dos processos licitatórios, levando ao cerceamento ou direcionamento do fornecedor.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; exigências além do previsto nas normas; ação intencional do agente responsável por má fé.	Facilitação de conluio; licitação deserta; custo administrativo; riscos à imagem institucional; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos financeiros.	8	1	8	Baixo

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R56	Uso de cota BPEQ para finalidade não alinhada a estratégia e necessidade da gestão.	Ausência de hierarquização de objetivos e prioridades para graduação; demasiada influência interna para seleção de docentes. (direcionamento/imposição de grupos de interesse).	Diminuição do fluxo de ingressos de docentes (queda da relação ingresso/desligamento-aposentadoria); possibilidade de distorção do projeto pedagógico (aumento do custo de aluno equivalente); eventual comprometimento de curso.	8	8	64	Alto
R57	Desatualização tecnológica e didática para ensino híbrido.	Corporativismo entre docentes que não são favoráveis ao modelo; falta de investimento para infraestrutura de ensino híbrido; dificuldade de adaptação dos envolvidos; ausência de capacitação do docente.	Queda no fluxos de inscritos (vestibular) e ingressos (perda de alunos para concorrência); queda na reputação e na capacidade de expansão de oferta; retenção e evasão de alunos por desmotivação do ensino recebido.	8	8	64	Alto
R58	Desatualização/inadequação do acervo bibliográfico (bibliotecas, acervos digitais, assinaturas e bases acadêmicas).	Despriorização na atualização e expansão do acervo e plataformas de acesso; falta de critério objetivo na escolha da priorização para atualização do acervo, privilegiando determinados cursos em detrimento de outros; insuficiência dos recursos de acessibilidade.	Queda na qualidade da formação do corpo discente e docente; geração de obstáculo para a acessibilidade.	8	1	8	Baixo
R59	Paralisação parcial ou total das atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU; greves (transporte, segurança); fatores externos (surtos, pandemias e epidemias; desastres da natureza; energia; internet);	Atraso no cronograma escolar; prejuízo ao processo de cognição do aluno; evasão.	8	1	8	Baixo
R6	Lacuna de docentes para disciplinas.	Ineficiência alocativa de docentes; carência na contratação de professor titular e substituto; excesso de afastamentos de docentes; gestão deficitária de uso dos pontos de BPEQ; rotatividade de servidores em função de outros concursos; e preferência da execução de atividades extra classe (pesquisa e extensão) em detrimento da atividade em sala de aula.	Aumento no tempo de conclusão do curso ou prejuízo ao conteúdo estipulado na proposta curricular.	8	5	40	Alto

Licenciatura Ciências Biológicas de LJR - Matriz de Riscos Graduação

R7	Alocação assimétrica de docentes efetivos nos departamentos.	Ineficiência alocativa de docentes, considerando a gestão de uso dos pontos de BPEQ; pressão interna de grupos de interesse.	Comprometimento do desempenho nos departamentos.	5	2	10	Médio
R8	Oferta de cursos com excessiva alocação de professores substitutos e/ou temporário.	Excesso de afastamentos de docentes sem estudo prévio ou critérios; necessidade de adequação/atualização curricular desacompanhadas da necessária especialização do efetivo, gerando a demanda por um especialista temporário.	Volatilidade na manutenção dos cursos/disciplinas; rotatividade de professores; aumento de custos; insatisfação dos alunos; eventual descontinuidade de projetos específicos; eventual comprometimento no ensino.	5	1	5	Baixo
R9	Alocação excessiva de docentes para disciplinas com baixa demanda (especialmente nas optativas).	A necessidade normativa de alocar carga horária mínima em sala de aula para docente.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso.	8	1	8	Baixo

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

Risco da Rede		Causa	Consequência	Risco Inerente			
Cód.	Descrição	Descrição	Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
R1	Descompasso entre a grade curricular do curso e as necessidades das partes interessadas no aproveitamento do formando.	Interferência política (causa exógena/externa); e tanto a autonomia departamental como a deficiência no mapeamento das potencialidades de absorção dos formandos pelas partes interessadas (academia, mercado de trabalho, meio empresarial, etc) (causa endógena/interna).	Baixo nível de absorção dos formandos, queda na classificação do curso/IFE perante o MEC, e consequente desperdício de recursos aplicados.	8	2	16	Médio
R10	Atraso no cronograma de aulas.	Decorrente de paralizações de colaboradores; falta de repasse de recursos para manutenção da infraestrutura; planejamento deficitário; situações externas a Instituição, entre outras.	Impacta diretamente nas atividades e no desempenho institucional, além disso, pode afetar a motivação dos professores e dos alunos, provocando baixo rendimento e possível evasão escolar.	8	5	40	Alto
R11	Descumprimento do prazo estipulado para emissão do diploma.	Planejamento falho no cronograma e/ou excesso de burocracia na reitoria; morosidade no processo; ausência de fluxo para a emissão dos diplomas (ordem cronológica e de prioridades); atraso na publicação das notas pelo docente.	Eventual dificuldade de inserção no mercado de trabalho, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	5	2	10	Médio

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R12	Fraude ou erro na emissão de diplomas.	Não adesão ao Projeto Diploma Digital; ausência de plataforma unificada de depósito de TCC; ausência ou insuficiência de procedimento mapeado com etapas de revisão que garantam a integridade no registro acadêmico; fragilidade na guarda do papel destinado à impressão; ação intencional do agente responsável por má fé.	Diplomação decorrente de trabalhos plagiados, parcial ou integralmente; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	5	40	Alto
R13	Não reconhecimento/renovação de cursos de graduação e/ou não credenciamento/recredenciamento de instituições de ensino superior.	Avaliação Externa in loco insatisfatória decorrente de projetos de cursos mal planejados; ausência de acompanhamento de mudanças de cenário, entre outros.	Interrupção do cursos; não diplomação de alunos; insatisfação da comunidade acadêmica; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio
R15	Programa de Estágio com baixo valor agregado.	Falhas em editais internos; ausência de processo estruturado para concessão de estágio; falha na seleção dos ofertantes; supervisão/acompanhamento acadêmico ineficiente.	Comprometimento da experiência prática na formação do aluno.	8	5	40	Alto

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R16	Não absorção das políticas do MEC no Planejamento das IFES.	Falta de aderência do planejamento das IFES em relação às políticas do MEC; entendimento de que a autonomia universitária não obriga as IFES a seguirem as diretrizes do MEC; falta de clareza das diretrizes que instituição deve seguir.	Não atingimento das metas e objetivos estabelecidos pelo MEC.	8	5	40	Alto
R17	Baixa qualidade de informação e comunicação interna sobre causalidade da evasão.	Falha na identificação e no registro da causa do trancamento da matrícula e no abandono do curso; não comunicação ou comunicação intempestiva ao setor responsável pela assistência ao aluno; sistema de gestão acadêmica não fornece informações de qualidade.	Incapacidade de construir ou gerir ações efetivas para minimizar os impactos da evasão e combater as causas; avaliação institucional insatisfatória.	5	2	10	Médio
R18	Baixa reputação da instituição perante as partes interessadas no aproveitamento do formando.	A proposta curricular do curso não atende às expectativas dos usuários; (baixo conceito, descompasso com a demanda; baixa qualificação da formação).	Baixa absorção de egressos; não atendimento à expectativa dos usuários; aumento dos índices de evasão; danos à imagem institucional.	8	2	16	Médio

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R19	Aumento da evasão e/ou permanência (retenção).	Ineficácia das ações afirmativas; falhas no acompanhamento psicopedagógico; demanda de alunos acima da capacidade de atendimento da Assistência Estudantil; não adaptação do aluno ao curso ou ambiente acadêmico; acolhimento falho dos ingressantes, seja por ausência de profissionais ou de metodologia adequada; problemas de aprendizagem; insegurança do aluno em relação a sua absorção no mercado de trabalho, necessidade de acessar o mercado trabalho antes de concluir a formação.	Contribui para o não atingimento das metas; impacto no custo variável por aluno; eventual descontinuidade do curso por ausência de quórum de alunos.	8	5	40	Alto
R20	Redundância de oferta de cursos entre as IES públicas, em regiões próximas (ou mesma área de abrangência), num cenário de financiadores reduzidos.	Ausência de política conjunta de criação e expansão de vagas, tanto entre IFES de uma mesma região, quanto IFES e Redes estadual e municipal; Interferência política na escolha dos cursos a serem implementados.	Não otimização de recursos para atender de modo eficiente a demanda do aluno; ociosidade de estrutura física; baixa absorção dos egressos, em virtude da elevada oferta de profissionais.	5	5	25	Médio
R21	Redução da qualidade do ensino ofertado pelas IFES em decorrência da garantia da oferta gratuita.	Greve, falta de professores e técnicos-administrativos, projeto pedagógico desatualizado, infraestrutura precária, inclusive em relação à acessibilidade.	Queda de ingressantes; queda na taxa de permanência com êxito; baixo conceito na avaliação MEC; diminuição da vantagem competitiva das Instituições Públicas.	8	5	40	Alto
R22	Desconhecimento do alcance dos propósitos definidos na proposta de valor da graduação das IFES (mobilidade social, empreendedorismo, empregabilidade, dentre outros).	Ausência de cultura no ambiente acadêmico de acompanhar a trajetória do egresso; ausência de avaliações internas.	Falta de insumos para eventual correção na oferta de cursos ou alteração dos projetos pedagógicos para a maior eficácia no alcance dos propósitos.	5	5	25	Médio

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R23	Queda no conceito final da nota da instituição no SINAES.	Queda na avaliação institucional (governança, infraestrutura e corpo docente); queda na avaliação dos alunos no ENADE; baixa qualidade de cursos no CPC; eventual avaliação incorreta dos cursos por parte dos avaliadores do INEP.	Diminuição da credibilidade perante a comunidade acadêmica e a sociedade; diminuição de acesso a recursos discricionários.	8	2	16	Médio
R24	Redução do acesso a recursos em virtude da piora de indicadores.	Diminuição do indicador de eficiência e qualidade, cujo o principal parâmetro utilizado é “aluno equivalente”; queda da participação nos resultados da Rede Federal - MOCC e demais matrizes.	Piora qualitativa e quantitativa do ensino ofertado.	8	5	40	Alto
R25	Baixa qualidade dos resultados alcançados. (formação dos alunos, reputação institucional e notas de avaliações)	Ausência ou insuficiência de indicadores e metas de desempenho; indicadores e metas não monitorados.	Aumento da evasão, aumento de vagas ociosas, redução do conceito na avaliação MEC.	8	5	40	Alto
R26	Ausência de produção acadêmica e sua publicação em plataformas especializadas.	Baixo incentivo/estímulo, por parte dos professores para com os alunos, em fomentar a produção acadêmica; baixa qualidade de cursos ofertados resultando em produção acadêmica de baixa qualidade; carência de recursos financeiros destinados à publicação.	Não aproveitamento da produção acadêmica pela comunidade; impacto nas avaliações de desempenho e de conceitos da instituição.	5	2	10	Médio
R27	Adoção de estratégias e práticas insuficientes ou equivocadas na gestão da política de assistência estudantil.	Política Nacional desarticulada com as IFES; complexa em função das diversas ofertas; limitante em função de critérios e valores financeiros desatualizados; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; insuficiência de pessoal dedicado e sistemas.	Queda de ingressantes; aumento da evasão e da retenção; desperdício de recursos financeiros em função do não alcance dos resultados pretendidos; redução dos indicadores de desempenho.	10	8	80	Extremo

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R28	Concessão de benefícios no âmbito da política de assistência estudantil a estudantes com perfis fora dos critérios elegíveis.	Desconhecimento por alunos prioritários dos benefícios oferecidos por falhas na política de comunicação em momento prévio e posterior ao ingresso, assim como concessões intencionais de benefícios a estudantes de perfis fora dos critérios; insuficiência de instrumentos para a identificação dos alunos elegíveis aos benefícios; falhas nos processos seletivos e no monitoramento das condições; dificuldade de alunos estrangeiros na apresentação de documentos comprobatórios.	Queda no desempenho/resultados dos cursos; e aumento da evasão; desperdício de recursos financeiros; danos à imagem da instituição.	8	5	40	Alto
R29	Dificuldade ou inviabilização da participação de estudantes de vulnerabilidade socioeconômica nas atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU de programas específicos de assistência estudantil; fragilidade no planejamento da proposta orçamentária anual da Instituição.	Possível evasão ou retenção; insatisfação do aluno ; prejuízo ao processo de cognição do aluno.	5	2	10	Médio
R3	Descontinuidade de cursos	Baixa capacidade de planejamento e gestão, com ausência de indicadores e metas; ausência de suporte orçamentário para a sua manutenção a médio e longo prazo.	Fluxo de ingresso de alunos insuficiente para manutenção de matrículas, inviabilizando a continuidade do curso; comprometimento da matriz orçamentária; desperdício de recursos públicos; prejuízos à imagem institucional (incluindo o baixo conceito na avaliação MEC) .	8	5	40	Alto
R30	Dificuldade de acesso ao ensino superior por barreira socioeconômica.	Elitização do ENEM (encarecimento da taxa de inscrição e diminuição do número de isenções); corte nos recursos do programa.	Aumento da marginalização de potenciais ingressantes hiposuficientes; geração de obstáculo para a mobilidade social; estagnação dos indicadores socioeconômicos.	5	2	10	Médio

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R31	Despriorização orçamentária direcionada ao ensino tecnológico (RFEPECT).	Não priorização do ensino tecnológico em virtude das mudanças na política de educação.	Dependência de outras fontes de recursos, tais como emendas parlamentares, incremento em parcerias com agências de fomento, setor produtivo e demais instituições que apoiem a política pública em questão.	5	5	25	Médio
R32	Inadequação dos critérios utilizados na avaliação SINAES podendo, eventualmente, enviezar os conceitos recebidos pelas Instituições.	Ausência de revisões sistemáticas e periódicas dos critérios utilizados na avaliação; eventual critério demasiadamente amplo ou reducionista.	Percepção errônea quanto ao nível de qualidade do curso (por exemplo, determinado curso que teria conceito 3 e não 5 dado um critério que privilegiou elementos que não contribuem para a formação profissional em detrimento de outros mais relevantes; distribuição equivocada dos recursos públicos.	8	5	40	Alto
R33	Indefinição no estabelecimento de atribuições e competências para a gestão das atividades de graduação	Decorre de regimentos internos falhos; ausência de mapeamentos de processos, nos quais são identificadas as competências e instâncias de controle; ausência de modelo de governança da área de graduação.	Ineficiência na resolução de demandas identificadas; ausência de responsabilização por eventuais danos à instituição; perdas de prazos de atividades essenciais.	5	2	10	Médio
R34	Fragilidade das informações gerenciais para a tomada de decisões.	Baixa governança institucional com não priorização na construção e atualização de banco de dados; ausência ou inadequação de indicadores; baixa cultura institucional no registro e confiabilidade dos dados.	Tomada de decisão equivocada, sem aproveitamento de históricos e demais subsídios que poderiam trazer as informações de boa qualidade.	2	2	4	Baixo

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R35	Insuficiência ou inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica para o desenvolvimento das atividades da Graduação.	Falta de recurso ou gestão deficitária do gasto.	Baixa atratividade do curso; comprometimento do nível de satisfação com o curso; redução do conceito na avaliação MEC.	2	2	4	Baixo
R36	Ameaça externa a segurança e a integridade dos dados armazenados na Instituição.	Falta de investimento em segurança da informação; governança deficitária; falta de capacitação e cultura organizacional para o tema; não punição dos acessos imotivados de servidores da Instituição que vazem dados sensíveis; inexistência de inclusão de requisitos nos processos das Instituições que atendam a LGPD.	Acesso a dados sigilosos; uso de informações para prática de fraude; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais; infração à LGPD.	5	2	10	Médio
R37	Falhas na segurança física das pessoas.	Ausência de gestão dos riscos; ausência de contemplação do item segurança na avaliação dos riscos; contingenciamento orçamentário; fragilidade no dimensionamento dos contratos de vigilância e portaria.	Danos à integridade física das pessoas; prejuízos a imagem; ações judiciais; compromete o nível de satisfação com o curso e com a instituição.	2	2	4	Baixo
R38	Escolha de perfil inadequado para cargos de direção.	Falta de regulamentação interna dos critérios para as escolhas dos cargos diretivos; influência interna ou externa na escolha.	Tomadas de decisão equivocadas; gestor mais suscetível aos interesses internos e externos que os institucionais; descrédito na liderança; baixa motivação dos servidores em virtude da ausência de oportunidades de ocupar cargos/funções de liderança; danos à imagem.	1	1	1	Baixo

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R39	Tomada de decisão em inobservância do interesse público.	Captura institucional por grupos de influência interna (docentes, pesquisadores, lideranças internas) e externa (stakeholders); fragilidade das ouvidorias e sistemas de correição com vistas a identificar tais desvios.	Atendimento de pleitos internos e de terceiros dissociados do interesse institucional; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	5	2	10	Médio
R40	Baixa percepção de integridade institucional pelos diversos stakeholders.	Nível de governança reduzido pela ausência de implementação de controles; gestão de risco e integridade; baixa assimilação dos temas sobre integridade e gerenciamento de risco na cultura organizacional.	Dano à imagem institucional; prejuízo financeiro; baixo índice no clima organizacional; ambiente propício a desvios de conduta.	5	2	10	Médio
R41	Clima organizacional que propicia a geração de conflitos.	Falhas nas políticas responsáveis por criar um ambiente de satisfação; corporativismo.	Impacta o nível de satisfação entre: aluno-professor; colaboradores; entre alunos.	2	1	2	Baixo
R42	Responsabilização Institucional em relação ao descumprimento da Agenda ESG.	Falta de política de integridade; Estratégica ineficiente do desenvolvimento da Agenda ESG; insuficiência de capacitação acerca do tema.	Prejuízos a imagem; possibilidade de judicialização; compromete o nível de relacionamento com parceiros e stakeholders; eventual exclusão da Instituição de programas de fomentos por descumprimento da agenda ESG.	2	1	2	Baixo
R43	Falta de transparência ativa e passiva nos processos de competência das IFES.	Baixa governança na accountability; supressão intencional de informações; deficiência na gestão e publicação das informações; ausência do plano de dados abertos e classificação de dados sigilosos.	Dificuldade da sociedade de exercer sua prerrogativa de controle social; criação de ambiente propício ao desvio dos objetivos institucionais; danos à imagem institucional; aumento de processos administrativos em virtude da negativa de informações.	8	5	40	Alto

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R45	Processos seletivos falhos e pouco transparentes para contratação de docentes.	Corporativismo entre docentes; interesse pessoal no profissional a ser contratado; demasiada influência interna para seleção de docentes; ausência de regulamento geral sobre concursos e seleções; deficiência na elaboração e divulgação dos Editais.	Conflito de interesse em desfavor da instituição; danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de judicialização dos processos seletivos.	5	2	10	Médio
R46	Falta frequente de docente.	Docente prioriza projetos de pesquisa ou atividades de extensão em detrimento a sala de aula; desenvolve atividades externas no horário de trabalho; controles de gestão deficitários em relação assiduidade e produtividade; ausência de desconto em folha de pagamento.	Insatisfação e prejuízos dos alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos (piora do ensino); redução dos indicadores acadêmicos.	8	8	64	Alto
R47	Desmotivação dos docentes na condução da proposta educacional.	Cultura institucional não privilegia a ampla participação do corpo docente na definição da proposta educacional; clima organizacional não motiva os docentes a contribuir para as melhorias.	Insatisfação de alunos, com impactos nos resultados e proposta de valor; elevação da necessidade de atuação dos professores substitutos em virtude de problemas de saúde, entre outros.	8	5	40	Alto
R48	Ausência de mão obra especializada/qualificada no quadro de servidores.	Não priorização de capacitação dos servidores; alocação de servidores sem as habilidades necessárias para a ocupação da função; inexistência de mapeamento das competências; rotatividade de servidores em virtude da baixa atratividade da carreira, dificultando o acúmulo de conhecimento.	Dependência de serviços de terceiros para realização de atividades de alta especialização; eventual limitação de participação institucional em determinadas iniciativas que dependam da especialização; danos na qualidade dos serviços prestados.	8	5	40	Alto

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R49	Excesso de alocação de recursos (infraestrutura e docente) nos cursos com baixa atratividade e/ou permanência com êxito.	Falhas no planejamento e acompanhamento pedagógicos, em especial na gestão das vagas ociosas, em função do seu não preenchimento ou em decorrência da evasão; priorização na alocação de recursos para determinados cursos sem critérios objetivos.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso; redução dos indicadores de gestão e desempenho das IFES; desperdício de recursos.	8	5	40	Alto
R5	Comprometimento da emissão dos diplomas concedidos aos formandos, devido à intempestividade da IFES na notificação, ou solicitação de autorização, ao MEC, quanto à criação do curso.	Não instituição ou falha nos procedimentos de notificação ou solicitação de autorização, pelo departamento responsável pela criação ou expansão de cursos; falhas de fluxo processual e de comunicação interna.	Atraso ou não fornecimento do diploma, danos financeiros e à imagem institucional em decorrência de ações judiciais.	8	2	16	Médio
R50	Infraestrutura física para uso presencial ociosa.	Desinteresse de novos alunos no ingresso do curso; mal dimensionamento de espaço; gestão deficitária da coisa pública; deficiência nas políticas de divulgação e promoção dos cursos ofertados.	Elevação do custo por aluno.	10	5	50	Alto
R51	Custo por aluno nas IFES Públicas maior em relação às suas congêneres Privadas.	Distorção da autonomia universitária que de alguma forma permite: o “excesso” de docentes em determinadas disciplinas por vezes “ultrapassadas”; o subaproveitamento dos docentes; o planejamento e a distribuição de carga horária contaminada por corporativismo, personalismo e disputa entre os diversos departamentos de uma IFE; custos agregados decorrentes da administração pública como inativos, excesso de burocracia; política de assistência estudantil; investimento em pesquisa e extensão; localidades pouco atrativas.	Redução da Relação Aluno Docente (RAP), resultando em ineficiência no ensino, em decorrência da deficiência na alocação da força de trabalho docente.	8	5	40	Alto

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R52	Exceder o custo da atividade orçada inicialmente.	Deficiência do planejamento dos gastos e do monitoramento da execução orçamentária.	Redução da qualidade no ensino ofertado; elevação do custo do ensino ofertado.	8	5	40	Alto
R53	Dificuldade de articulação do gestor para proposição de seu orçamento na LOA.	Baixa capacidade institucional de gestão orçamentária e financeira; assimetria de informações sobre necessidade de financiamento discricionário e obrigatório; pouca articulação política.	Eventual orçamento inadequado/insuficiente para o atingimento das metas estabelecidas para o exercício.	8	5	40	Alto
R54	Aquisições de bens e serviços com vícios que possam resultar em superfaturamento, sobrepreço, baixa qualidade, falta ou excesso de quantitativos.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; ação intencional do agente responsável por má fé.	Comprometimento da governança da instituição, da execução orçamentária e oneração dos custos dos bens e serviços contratados; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos públicos.	8	5	40	Alto
R55	Limitação de participantes dos processos licitatórios, levando ao cerceamento ou direcionamento do fornecedor.	Governança inadequada de planejamento e de execução das aquisições; exigências além do previsto nas normas; ação intencional do agente responsável por má fé.	Facilitação de conluio; licitação deserta; custo administrativo; riscos à imagem institucional; aumento de demandas administrativas e judiciais; desperdício de recursos financeiros.	8	2	16	Médio
R56	Uso de cota BPEQ para finalidade não alinhada a estratégia e necessidade da gestão.	Ausência de hierarquização de objetivos e prioridades para graduação; demasiada influência interna para seleção de docentes. (direcionamento/imposição de grupos de interesse).	Diminuição do fluxo de ingressos de docentes (queda da relação ingresso/desligamento-aposentadoria); possibilidade de distorção do projeto pedagógico (aumento do custo de aluno equivalente); eventual comprometimento de curso.	5	2	10	Médio
R57	Desatualização tecnológica e didática para ensino híbrido.	Corporativismo entre docentes que não são favoráveis ao modelo; falta de investimento para infraestrutura de ensino híbrido; dificuldade de adaptação dos envolvidos; ausência de capacitação do docente.	Queda no fluxos de inscritos (vestibular) e ingressos (perda de alunos para concorrência); queda na reputação e na capacidade de	8	5	40	Alto

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

			expansão de oferta; retenção e evasão de alunos por desmotivação do ensino recebido.				
R58	Desatualização/inadequação do acervo bibliográfico (bibliotecas, acervos digitais, assinaturas e bases acadêmicas).	Despriorização na atualização e expansão do acervo e plataformas de acesso; falta de critério objetivo na escolha da priorização para atualização do acervo, privilegiando determinados cursos em detrimento de outros; insuficiência dos recursos de acessibilidade.	Queda na qualidade da formação do corpo discente e docente; geração de obstáculo para a acessibilidade.	8	5	40	Alto
R59	Paralisação parcial ou total das atividades acadêmicas.	Corte orçamentário dos recursos OGU; greves (transporte, segurança); fatores externos (surtos, pandemias e epidemias; desastres da natureza; energia; internet);	Atraso no cronograma escolar; prejuízo ao processo de cognição do aluno; evasão.	8	5	40	Alto
R6	Lacuna de docentes para disciplinas.	Ineficiência alocativa de docentes; carência na contratação de professor titular e substituto; excesso de afastamentos de docentes; gestão deficitária de uso dos pontos de BPEQ; rotatividade de servidores em função de outros concursos; e preferência da execução de atividades extra classe (pesquisa e extensão) em detrimento da atividade em sala de aula.	Aumento no tempo de conclusão do curso ou prejuízo ao conteúdo estipulado na proposta curricular.	8	5	40	Alto
R7	Alocação assimétrica de docentes efetivos nos departamentos.	Ineficiência alocativa de docentes, considerando a gestão de uso dos pontos de BPEQ; pressão interna de grupos de interesse.	Comprometimento do desempenho nos departamentos.	5	5	25	Médio
R8	Oferta de cursos com excessiva alocação de professores substitutos e/ou temporário.	Excesso de afastamentos de docentes sem estudo prévio ou critérios; necessidade de adequação/atualização curricular desacompanhadas da necessária especialização do efetivo, gerando a demanda por um especialista temporário.	Volatilidade na manutenção dos cursos/disciplinas; rotatividade de professores; aumento de custos; insatisfação dos alunos; eventual descontinuidade de projetos específicos; eventual comprometimento no ensino.	8	5	40	Alto

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

R9	Alocação excessiva de docentes para disciplinas com baixa demanda (especialmente nas optativas).	A necessidade normativa de alocar carga horária mínima em sala de aula para docente.	Elevação do custo por aluno em virtude da redução do quantitativo por turma ao longo do curso.	8	5	40	Alto
----	--	--	--	---	---	----	------

MATRIZ DE RISCO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO LARANJAL DO JARI

Documento Digitalizado Público

Plano Anual de Auditoria 2025

Assunto: Plano Anual de Auditoria 2025
Assinado por: Alessandro Magalhaes
Tipo do Documento: Plano de Trabalho
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Alessandro Ronan da Silva Magalhaes, COORDENADOR - FG0001 - AUDIN**, em 09/12/2024 17:32:06.

Este documento foi armazenado no SUAP em 09/12/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 121278

Código de Autenticação: 3ad5c07629

